



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MIQUEIAS PEREIRA DOS SANTOS

**ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO: OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO
NO CEARÁ DURANTE AS SECAS DE 1915 E 1932**

Cajazeiras – PB

2024

MIQUEIAS PEREIRA DOS SANTOS

**ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO: OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO
NO CEARÁ DURANTE AS SECAS DE 1915 E 1932.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de História da Universidade Federal
de Campina Grande, como requisito para
obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Silvana Vieira de
Sousa

Cajazeiras – PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

S237e	Santos, Miqueias Pereira dos. Entre a memória e o esquecimento: os campos de concentração no Ceará durante as secas de 1915 e 1932 / Miqueias Pereira dos Santos. – Cajazeiras, 2024. 55f. Bibliografia. Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa. Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024. 1. Seca - Ceará- Nordeste - Brasil. 2. Campos de concentração cearense-seca -1915-1932. 3. Memória e esquecimento. 4. Currais do governo. 5. <i>O Quinze</i>. 6. Secas. I. Sousa, Silvana Vieira de. II. Título. UFCG/CFP/BS CDU – 551.577.3(813.1)
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

MIQUEIAS PEREIRA DOS SANTOS

**ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO: OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO
NO CEARÁ DURANTE AS SECAS DE 1915 E 1932**

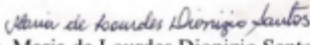
Monografia apresentada e aprovada em:

05 / 12 / 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **SILVANA VIEIRA DE SOUSA**
Data: 01/12/2024 12:10:01-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr^a Silvana Vieira de Sousa
(Orientador)


Prof^a. Ms. Maria de Lourdes Dionizio Santos
(Examinadora)

Documento assinado digitalmente
 **NADJA CLAUDINALE DA COSTA CLAUDINO**
Data: 01/12/2024 11:32:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^a. Ms. Nadja Claudinale da Costa
Claudino
(Examinadora)

Prof. Dr. Lucrécio Araújo de Sá Júnior
(Examinador Suplente)

Cajazeiras-PB

2024

AGRADECIMENTOS

É nessa parte do texto que refletimos como a caminhada rumo ao encerramento de mais um ciclo em nossas vidas, conclusão de um curso superior, é repleta de desafios. E que esse fardo pode até ser carregado de forma solitária, mas que essa caminhada pode ser mais leve e gratificante quando feita em conjunto com pessoas que estão sempre dispostas a ajudar. Nesse sentido, fui muito sortudo por ter várias pessoas ao meu lado que sempre estiveram a me levantar quando preciso, a caminhar comigo em direção ao caminho correto e que, sem sombra de dúvidas, contribuíram de forma significativa para conclusão desse trabalho. Portanto, nas próximas linhas irei tecer algumas palavras de agradecimento para as mesmas, destaco aqui, que a ordem não tem relação sobre a importância de cada um, pois todos tem um lugarzinho na minha gratidão.

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu pai misericordioso, Deus, pois nada disso teria acontecido sem a permissão e misericórdia Dele. Que mesmo diante da minha incapacidade enquanto ser humano, esteve sempre a me guiar e me fortalecer nos momentos de fraqueza. E que, quando achei que não seria capaz de realizar tamanha atividade, me mostrou que quem tem Ele ao seu lado é capaz de realizar atividades inimagináveis.

Gostaria de agradecer a minha família, em especial ao meu pai e meu irmão. Ao meu pai, Joaci, gostaria de agradecer por ter me dado toda a ajuda necessária durante esse processo. Que desde o primeiro dia na universidade, até o último, esteve sempre fazendo o possível para poder proporcionar tudo que era necessário para que fosse uma caminhada tranquila. E que esteve sempre orgulhoso a falar que teria um filho formado (e agora vai poder falar que o seu filho é historiador), isso foi por você, pai. Ao meu irmão, Josué, gostaria de agradecer por todo apoio e momentos de descontração que contribuíram de forma significativa na construção desse trabalho.

Aos meus amigos que a faculdade me presenteou, mas que tenho certeza que foi mais um capricho do destino, afinal somos uma verdadeira família: a Ana Victória gostaria de agradecer por toda a ajuda ao longo desse momento, e que apesar da pouca idade esteve sempre a me fazer evoluir como ser humano; a Cristiano, meus agradecimentos vão por toda as risadas compartilhadas ao longo desses anos, e por ter me ensinado um pouco do dom da oratória; a Camila, a grande, sou grato por todas as brincadeiras dentro do ônibus, que fizeram das viagens para a faculdade mais leve; ao meu amigo Everson, meu muito obrigado por todo apoio, sobretudo por emprestar sua residência quando foi preciso ficar em Cajazeiras; a

Jéssica, sou grato por tudo, do incentivo até os nosso momentos de implicância, sempre soube que você seria uma pessoa especial; com Larissa aprendi que a vida pode ser dura, mas sempre será possível se reinventar; ao meu ilustre amigo Pedro Henrique, ou simplesmente PH, expresso aqui a minha enorme gratidão por ter sido um grande irmão, sempre compartilhando conhecimento e me tirando risadas sinceras; gostaria de agradecer ao meu amigo Ruy, e como não agradecer a uma pessoa que se tornou um verdadeiro irmão? Obrigado por todo apoio, e pelos nossos momentos “filosóficos”; não poderia deixar de agradecer também a um dos caras com o coração mais puro que conheci, Wellington, que mesmo após nossos momentos de desentendimento, sempre esteve lá pra me abraçar. Obrigado por tudo, todos os momentos compartilhados com vocês estarão guardados nas minhas lembranças e vocês no meu coração.

A Raissa, minha companheira de vida, gostaria de agradecer por todo o apoio e palavras de incentivo durante o processo de construção do presente trabalho. E que sem sombra de dúvidas, foram muito importantes para a reta final desse processo.

Aos professores do Centro de Formação de Professores, e em especial a minha orientadora, Dra. Silvana Vieira. Que, como no verdadeiro significado da palavra orientador, me pegou como um barco à deriva, e me deu direção e conduziu até a conclusão deste trabalho. Muito obrigado por toda dedicação e paciência ao longo dessa tarefa.

Gostaria de agradecer, também, a todos e todas que cruzaram a minha vida ao longo dessa jornada, e que de alguma maneira contribuíram e me fizeram evoluir.

Por fim, meu muito obrigado a todos aqui citados. A cada linha que se segue tem um pouco de vocês.

“Retirante - Passam-se meses. Acaba-se o flagelo. Ei-lo de volta. Vence-o saudade do sertão. Remigra. E torna feliz, revigorado, cantando; esquecido de infortúnios, buscando as mesmas horas passageiras da ventura perdida e instável, os mesmo dias longos de transe e provocações demoradas”.

Euclides da Cunha.

RESUMO

Embora a memória e o esquecimento sejam atividades inerentes da psíquica humana, quando tomadas no âmbito coletivo, essas se apresentam como objeto de interesses e controle de alguns grupos. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho se inclina a analisar os embates em torno da construção da memória dos Campos de Concentração instalados no Ceará durante as secas de 1915 e 1932. A partir da utilização dos conceitos de memória e esquecimento, cunhados por Enrique Serra Padrós e Peter Burke, respectivamente, constrói-se uma interpretação sobre os usos e desusos desses como ferramentas na consolidação dos interesses da classe dominante sobre os sentidos dados a esse episódio. Para isso o referido trabalho se valeu das produções historiográficas sobre o tema, como também do uso de jornais da época e da literatura regional da época, sobretudo da obra *O Quinze*, da escritora Rachel de Queiroz. Ademais, a pesquisa almejou com isso compreender os interesses e os sujeitos que estiveram presentes na elaboração e consolidação da memória sobre esse fatídico episódio da história da presença das secas no nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Campos de Concentração; Memória e Esquecimento; Currais do governo; *O Quinze*; Secas.

ABSTRACT

Although memory and forgetfulness are inherent activities of the human psyche, when considered in the collective context, they emerge as objects of interest and control by certain groups. Based on this premise, the present work aims to analyze the conflicts surrounding the construction of the memory of the Concentration Camps established in Ceará during the droughts of 1915 and 1932. Using the concepts of memory and forgetfulness, coined by Enrique Serra Padrós and Peter Burke, respectively, an interpretation is developed regarding the use and misuse of these concepts as tools in consolidating the interests of the dominant class over the meanings attributed to this episode. To achieve this, the study relies on historiographical works on the subject, as well as on the use of contemporary newspapers and regional literature from the time, particularly the novel *O Quinze* by the writer Rachel de Queiroz. Moreover, the research sought to understand the interests and the individuals involved in the creation and consolidation of the memory of this tragic episode in the history of droughts in northeastern Brazil.

Keywords: Concentration Camps; Memory; Forgetfulness; Government Corrals; *O Quinze*; Droughts.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO CEARENSE COMO OBJETO DE ESTUDO: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	14
CAPÍTULO 2 – PORTEIRAS ABERTAS OU PORTEIRAS FECHADAS: HISTÓRIA E LITERATURA NA PERSPECTIVA DE RACHEL DE QUEIROZ SOBRE A SECA	23
2.1 Entrecruzando história e literatura: uma leitura sobre a relação entre a narrativa literária e o conhecimento histórico	23
2.2 Desnudando a face de quem fala: uma breve história de Rachel de Queiroz e sua obra primária	28
CAPÍTULO 3 – A SECA E OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO CEARENSE COMO PROBLEMA SOCIAL NA HISTÓRIA E NA LITERATURA	32
3.1 O retorno de um velho conhecido e a perpetuação de uma política de morte: as secas de 1915 e 1932 e a implantação dos campos de concentração no Ceará	39
3.2 Uma história que incomoda: o apagamento dos campos de concentração	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

O interesse sobre a região Nordeste do país e tudo que compõe o seu enredo é antigo e parte de uma motivação pessoal. Assim, os atores sociais que dão contornos ao seu cenário, e que desenham os seus momentos de alegria, quando as chuvas chegam e o verde da natureza floresce tomando o lugar da terra seca e rachada, sempre foram objetos de curiosidades. Porém, falar da região que ocupa o espaço entre o Norte e o Leste, também é falar sobre seus momentos amargos, em que o líquido da vida se faz escasso e traz os mais diversos problemas, sobretudo de ordem social e econômica.

Mas o que motivaria o interesse sobre uma região com uma história marcada por desigualdades sociais, escassez hídrica e outros problemas? Como dito inicialmente, a curiosidade sobre a história do Nordeste, parte, antes de mais nada, de anseios particulares. Nascido em uma família de agricultores que fez dos torrões do semiárido nordestino sua principal fonte de vida, sempre estive envolto de questões sobre seca, migrações forçadas, frente de trabalho e tudo mais que compõe a história das secas no nordeste brasileiro. Nessa perspectiva, desde cedo houve uma imersão nas experiências que constitui o cenário nordestino e que consequentemente conduziram a um interesse cada vez maior sobre a temática.

De maneira ainda mais específica, o que levaria a construção de uma pesquisa sobre um momento tão macabro da história das secas no Nordeste como foram os campos de concentrados implementados no Ceará durante as secas de 1915 e 1932? O interesse sobre a temática dos currais do governo floresce já na graduação, uma vez que a temática ainda era algo desconhecido. Portanto, é com a leitura da obra *O Quinze*, da escritora cearense Rachel de Queiroz, necessário para debates que seriam realizados ao longo da cadeira de História da Paraíba, que me deparei com a história de uma das piores secas que assolaram o nordeste brasileiro, a grande seca de 1915, e que levariam a instauração do primeiro campo de concentração instalado no estado cearense, o campo do Alagadiço. A partir desse momento surgiu o interesse de pesquisar mais sobre esse momento da história brasileira e que ganhará traços mais concretos com a construção da presente pesquisa.

Se por um lado as motivações que levaram a construção do presente trabalho são, inicialmente, de cunho pessoal, por outro lado, a discussão se torna pertinente e justifica-se dado a relevância, que o trabalho adquire ao ir na contramão do que é tradicionalmente

apresentado sobre o tema. Nesse sentido, enquanto grande parte dos trabalhos sobre a temática buscam construir uma discussão sobre os fatos que deram origem aos campos de concentrados que amontoaram um grande número de sertanejos que fugiam dos infortúnios de mais um período de seca, o trabalho que se segue está preocupado em problematizar a construção da memória sobre esse fatídico episódio. A presente problemática parte da ideia de que a construção e a representação da memória desse período foi, e ainda é, um local de disputa em que os interesses de grupos específicos se fizeram presente e desenharam os sentidos que foram dados a essa história.

Nesse sentido, se valendo das contribuições da Nova História Cultural, iremos trabalhar com os conceitos de memória e esquecimento. Cabe destacar aqui, que esses dois termos serão tomados para além das suas funções psíquicas, que correspondem à capacidade de reter informações de forma que a recuperação dessas possa acontecer quando necessário, e na incapacidade de lembrar, respectivamente. Assim, partiremos do que definiu Enrique Serra Padrós sobre o conceito de memória e das definições de Peter Burke, no que diz respeito sobre o conceito de esquecimento.

O conceito cunhado por Padrós defende que a memória não é um processo neutro, mas, na verdade, uma atividade perpassada pela presença de interesses e perspectivas dos grupos detentores do poder. Nesse sentido, mesmo o indivíduo sendo o responsável pelo ato de lembrar, são os grupos sociais que determinam o que, e como, esses fatos devem ser lembrados. Já o conceito de esquecimento proposto por Peter Burke, não foge dessa perspectiva, uma vez que o autor destaca que o processo de esquecer não é algo natural ou aleatório. Segundo o mesmo, essa atividade é orientada por interesses e estratégias que tentam regular a memória coletiva.

Portanto, os presentes conceitos foram de suma importância na medida em que possibilitaram compreender que as narrativas construídas sobre eventos traumáticos como os campos de concentrado, longe de serem registros fiéis dos fatos que aconteceram, são, na verdade, resultado de um jogo de interesses. E que a construção da memória de episódios como esse, não se dá somente pela imposição dos anseios dos grupos dominantes, mas também pelo confisco do passado a partir de mecanismos que decidem o que deve ser lembrado e o que deve ser descartado, ou como definiu Peter Burke (2000, p.50), a “organização social do esquecer”.

Quanto à abordagem metodológica utilizada na referida pesquisa, adotou-se a revisão de literatura, por meio das técnicas de pesquisa documental e bibliográfica. Nesse sentido, as

fontes bibliográficas empregadas incluíram artigos de periódicos, dissertações, livros, teses e monografias. No que diz respeito às fontes documentais, foram consultados registros oficiais, sobretudo os disponíveis em meios eletrônicos, além de outros materiais que fazem referência ao episódio histórico o qual tomamos como objeto de estudo.

Ademais, pensando em compreender os objetivos ao qual o presente trabalho se lança, o mesmo foi estruturado em três capítulos principais. No primeiro capítulo intitulado **Os campos de concentração cearense como objeto de estudo: questões teóricas e metodológicas**, busco fazer uma apresentação das questões que fundamentam a referida pesquisa. Assim, é feito, inicialmente, um resumo sobre o que foram os campos de concentração instalados no Ceará durante as estiagens de 1915 e 1932. Em um segundo momento é apresentado a problemática e as justificativas que dão sustentação a elaboração desse estudo. Ainda no decorrer desse capítulo foram discutidos os conceitos e a fundamentação teórica que embasam os debates que serão estabelecidos ao longo dos demais capítulos.

O segundo capítulo batizado de **Porteiras abertas ou porteiras fechadas: história e literatura na perspectiva de Rachel de Queiroz sobre a seca**, é dividido em dois subtópicos. No primeiro é feito uma análise sobre a narrativa literária e o conhecimento histórico, delimitando as tramas que envolvem esses dois ramos do conhecimento humano, que hora os aproximam e que hora os afastam. Já no segundo momento dessa parte do texto, é analisada a autora Rachel de Queiroz, e sua primeira obra, *O Quinze*, tecendo um debate sobre até que ponto as memórias individuais da escritora estiveram presentes em seu texto.

Já no terceiro capítulo do texto, nomeado de **A seca e os campos de concentração cearense como problema social na história e na literatura**, discorre-se, inicialmente, sobre a presença do fenômeno climático caracterizado pela diminuição das precipitações pluviométricas, ou simplesmente como ficou conhecida, seca, na região nordeste do país. Assim, é destacado como esse fenômeno da natureza sempre esteve a trazer problemas para essa região, e como a persistência dessa problemática desembocaram na criação das políticas dos campos de concentração. Feita essa análise, no último momento do capítulo é debatido sobre o apagamento histórico desses locais, e como essa ação tem ligação com os interesses das classes dominantes que temem sobretudo as consequências legais e morais de seus atos.

CAPÍTULO 1 – OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO CEARENSE COMO OBJETO DE ESTUDO: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Quando nos debruçamos sobre o século XX, e nos deparamos com a temática dos campos de concentração, logo nos vem à mente imagens ou relatos sobre os campos de concentrados instalados na Alemanha nazista, no período que esteve sob o comando de Adolfo Hitler. Entretanto, uma política de tamanha maldade, que fez com que a sociedade testemunhasse um dos piores episódios da história da humanidade, não é fato restrito da história europeia. Antes mesmo da Alemanha erguer os seus primeiros campos de concentração, o Nordeste brasileiro assistiu ao surgimento de situações de aglomerados de pessoas em lugares também chamados de campos que, baseado nos princípios da eugenia¹ e higienismo², tinham como principal função o recolhimento de pessoas e que, como nos campos nazistas, significou o fim para a grande maioria dos que ali foram amontoados.

Essa foi uma ação pública adotada pelo Estado cearense nas décadas de 1915 e 1932, em resposta ao grande fluxo migratório rumo à capital Fortaleza, ocasionado pelos infortúnios da seca. Embora esses locais tenham sido apresentados como uma proposta assistencialista no trato aos desvalidos vítimas da seca, ela serviu de pano de fundo para mascarar o interesse da elite fortalezense em manter a figura do sertanejo miserável longe da capital cearense, que passava pelo seu processo tardio de embelezamento arquitetônico inspirado no movimento francês da Belle Époque³.

Ademais a preocupação da população urbana e sobretudo do poder público, em agrupar os retirantes que chegavam à capital em único lugar, tinha origem após o verdadeiro cenário de terror instaurado no espaço urbano da capital cearense durante a grande seca de 1877-1879, momento no qual Fortaleza foi invadida por uma onda de mais de 100 mil sertanejos.

Nesse sentido, ao todo foram oito Campos de Concentração instalados em dois momentos diferentes: em 1915 e 1932. O primeiro campo de concentrados foi instalado na segunda década do século XX, momento no qual o Ceará vivenciava os problemas ocasionados pela ausência de chuvas. Sendo assim, em 1915 a população citadina assistia às

1 Conjuntos de ideias que busca a evolução genética do ser humano com base nas suas características hereditárias

2 Doutrina criada no século XIX quando o poder público passa a ter uma maior atenção com a saúde dos habitantes da cidade.

3 Período histórico, sobretudo no mundo ocidental, que se estende do final do século XIX até a primeira década do século XX, momento marcado pelos avanços técnico-científicos.

ruas e praças públicas da capital serem ocupadas por uma grande massa de pessoas que chegavam dos lugares mais longínquos do Estado. Consequentemente, esse aumento abrupto da população urbana ocasionaria alterações na esfera social também, elevando o número de saques e mortes durante esse período. É nesse contexto que o poder público, em resposta à crescente pressão que vinha sofrendo por parte da elite, cria o Campo de Concentração do Alagadiço, às margens de Fortaleza. Sobre a organização desse espaço, é interessante apresentar o que Isabelle Viana Coelho descreve:

Inicialmente apenas um local cercado por arame farpado, com algumas poucas árvores, o Campo recebia os retirantes que chegavam a Fortaleza, e lá estes construíam seus barracos com material que dispusessem ou encontrassem. Havia um interventor, cujo papel era gerir o Campo, organizar aqueles que iriam para as frentes de trabalhos, distribuir a ração e manter a ordem e a moral no acampamento. A vida desses concentrados era totalmente controlada pelos inspetores, eles tinham que seguir as regras de convivência, de alimentação e higiene. A distribuição dos remédios aos doentes também era da alçada dos inspetores. (Coelho, 2019, p.16)

Além disso, a localização do primeiro curral do governo⁴ atendia as ideias pregadas pelo discurso higienista vigente na época, como forma de conter a propagação de doenças. Assim, em uma política de assistência que combinava ajuda e repressão, essas pessoas eram destinadas a um pequeno espaço com pouca infraestrutura, com ausência de tratamento da água e dos dejetos produzidos, onde recebiam uma comida de má qualidade e em pouca quantidade. A vista disso, embora tenha surgido atrelado às concepções apresentadas pelas teorias sanitaristas do período, o Campo do Alagadiço logo se tornou um ambiente propício ao surgimento e propagação de doenças. O campo esteve em atividade até o ano de 1916, quando os bons ventos voltaram a pairar sobre o Estado cearense, trazendo as chuvas novamente, durante esse período chegou a reunir um número de oito mil desvalidos em suas instalações.

Porém, em 1932 a política pública de instalação de campos de concentração voltaria a ser utilizada como ferramenta de enfrentamento à migração forçada da população interiorana, fruto de mais um período de irregularidades nas precipitações pluviométricas previstas para o Estado. Dessa vez em uma ação conjunta com o governo federal, do então governo provisório de Getúlio Vargas, foram erguidos sete novos campos ao longo do Estado cearense. Nesse período, o Ceará era cortado por duas principais estradas de ferro, a de Baturité e a de Sobral,

⁴ Termo utilizado pelos próprios concentrados para descreverem os campos de concentração instalados para as vítimas das secas de 1915 e 1932.

em face disso a maioria dos novos campos foram erguidos às margens dessas ferrovias como tentativa de conter o maior número de retirantes possível. Sobre a disposição dos sete novos campos instalados na década de 1932, a historiadora Kênia Sousa Rios apresenta o seguinte:

Para barrar a marcha dos retirantes rumo a Fortaleza e a outras cidades do Estado, foram erguidos sete “Campos de Concentração” (em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza). Eram locais para onde grande parte dos retirantes foram recolhidos a fim de receber do governo comida e assistência médica. Dali não podiam sair sem autorização dos inspetores do Campo. Havia guardas vigiando constantemente o movimento dos concentrados. Ali ficaram “encurralados” milhares de retirantes a morrer de fome e doenças (Rios, 2014, p.68).

Nessa perspectiva, inserido dentro da temática dos campos de concentração instalados ao longo do Ceará durante as secas de 1915 e 1932, a premissa do presente estudo é de que a partir da análise das narrativas construídas sobre esse momento, possamos compreender as causas que levaram a esse episódio ser fato pouco conhecido dentro da história brasileira. Tal recorte insere-se dentro da máxima apontada por Eco (2012), que destaca que na medida em que reduzimos o espaço que trabalhamos, aumentamos proporcionalmente a segurança com que fazemos esse trabalho. Ademais, como consequência natural, ao enveredar por tal caminho, será apresentado o verdadeiro cenário de desordem social instaurado no Ceará durante o período mencionado anteriormente, bem como também o vivenciado pelos sertanejos que marchavam de forma solitária, ou em bandos, rumo a capital em busca do direito mínimo a vida.

Ao desnudar a realidade vivenciada nos campos de concentração, será possível também construir uma trilha sobre os caminhos adotados pelo governo cearense no tocante ao trato a esse fenômeno climático que implica não somente a perdas econômicas, mas também a consequências que adentram ao plano social. De acordo com que aponta Soares (2021) as gerações atuais, descendentes dos que sobreviveram, como também dos que infelizmente tiveram suas vidas ali tomadas, precisam tomar contato e identifica-se com as circunstâncias na qual surgiram as lutas contra as injustiças sociais. Além disso é preciso compreender que estas não são meras filhas do acaso, mas um projeto pensado e posto em prática pela elite fortalezense em consonância com o poder público da época.

Diante disso, o problema de estudo da presente pesquisa são as lutas travadas em torno da construção da memória desse fatídico episódio, como forma de elucidar quais foram os

interesses e os agentes que estiveram por detrás da construção das narrativas que se sobressaíram. Afinal, a História surge atrelada à necessidade de descrever os grandes fatos e dá contornos aos grandes heróis pertencentes ao Estado ou aos detentores do poder. Fato que implicou, quase sempre, na construção de narrativas não fidedignas com a realidade, mas perpassadas pela presença de interesses específicos. Entretanto, isso nem sempre significou em dá voz e apresentar os fatos de uma nova maneira, mas simplesmente na ação de se calar diante de alguns episódios, transformando-os em rascunhos, e como tal sendo destinados a “lixreira” da história na hora da construção historiográfica de uma dada sociedade.

Ademais, partindo da constatação de que o estudante/pesquisador tende a ter um melhor desempenho quando se dedica ao estudo de temáticas que lhe interessam, o despertar do presente trabalho se dá, antes de mais nada, por inquietações pessoais, mas que refletem questões próprias de um estudante do Curso de História. Afinal, desde a minha infância, enquanto membro de uma família que sempre se dedicou ao trabalho rural, e fez dos torrões nordestinos seu meio de sobrevivência, estive imerso em um cenário de experiências que me levaram ao interesse de temáticas relacionadas à região Nordeste. Interesse que se consolida como algo mais concreto, uma pesquisa científica, ao longo da graduação, ao tomarmos contato com o livro *O Quinze*, de Rachel de Queiroz. A ilustre escritora cearense apresenta como tema principal as circunstâncias vivenciadas ao longo do Estado cearense durante a grande seca de 1915. Em uma alternância de cenário entre o sertão cearense e a capital Fortaleza, a autora descreve o contexto que levaria a criação do Campo do Alagadiço, que seria a obra inaugural da política de implementação de campos de concentração no Ceará. Se faz pertinente destacar que a obra será mais bem trabalhada ao longo do segundo capítulo desta monografia.

Para a fundamentação teórica, o presente trabalho se apoiará sobre as contribuições da Nova História Cultural. Tida como sucessora direta da História Social, essa corrente historiográfica se desenvolveu ao longo dos anos finais do século XX, e hoje exerce grande influência sobre a historiografia contemporânea. Sua importância se deve na medida em que essa tendência proporcionou um alargamento dos problemas, abordagens, e em especial dos objetos para o campo da história. Sendo assim, as possibilidades de pesquisas vinculadas à Nova História Cultural parecem não ter fim, afinal “[...] tudo que tem história, ou antes, laços simbólicos integrados num conjunto de códigos a que se chama de “cultura”, está passível de ser investigados pela História Cultural.” (Roiz, 2008, p.181).

Segundo a historiadora Weinstein (2003), o auge da nova história cultural no Brasil, se deu acompanhada por um enfraquecimento na elaboração de trabalhos ocupados no estudo dos agentes responsáveis pelo nascimento de um evento ou processo histórico, o que também implicou no definhamento de uma escrita pautada em uma descrição explicativa. Nessa perspectiva fica evidente que os objetos pretendidos pela presente pesquisa vão de encontro com essa tendência de escrita despreocupada com o estudo de origens e causas. Uma vez que a problemática proposta parte da ideia de que a construção e consolidação das narrativas sobre esse episódio foram, e ainda são, local de disputa, em que interesses específicos imperaram nos sentidos dados.

A compreensão do social, diferentemente do que se pensa, não é um exercício dotado de naturalidade, mas sim perpassado pela presença de inúmeras propostas. Afinal, como apresenta o historiador francês Roger Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (Chartier, 1988, p. 17)

Ainda utilizando dos escritos de Roger Chartier (1988), vale ressaltar que, o objetivo de problematizar como se dá o processo de materialização da memória desse episódio, se apresenta dentro daquilo que o autor delimita como sendo tarefa primordial da história cultural, “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”.

Para tanto se faz necessário a definição de dois conceitos imprescindíveis para o desenvolvimento da análise: memória e esquecimento. Partindo do pressuposto de que esses dois termos, longe de serem simplesmente funções psíquicas inerentes à natureza humana, que correspondem a capacidade de reter informações para posterior utilização, e a incapacidade de retenção de informações respectivamente, são elementos que se mesclam na elaboração e estabelecimento de um fato.

A presença da memória, enquanto conceito, não é novidade dentro do âmbito da academia. Uma vez que o número de trabalhos que se dedicam ao estudo da temática, mas que também se valem do conceito como instrumento para investigação, são quase incalculáveis. Presença ainda maior, são os trabalhos que se utilizam da capacidade analítica do termo

dentro da História. Afinal, a memória exerce a dupla função de dar sustentação à vida e à História.

A inserção da memória dentro da História ganha seus primeiros traços a partir da primeira metade do século XX. É durante os primeiros anos da década de 1930 que o movimento historiográfico dos Annales começa aplicar mudanças estruturais no campo da História, sobretudo no seu modo de fazer, sugerindo novas fontes e novos métodos. Fato que fez com que a disciplina histórica passasse a utilizar os escritos das outras ciências, especialmente das suas “irmãs” antropologia, filosofia e sociologia, bem como da literatura e da linguística. É se valendo dessa nova dinâmica que o historiador sai a campo em busca de novas fontes, dentro das quais aparece o estudo das memórias como oportunidade de expandir suas perspectivas, principalmente a partir daqueles que sempre ficaram à margem nos documentos oficiais.

Cabe salientar que, embora o estudo da memória tenha surgido como possibilidade de inserir dentro da história os grupos que sempre foram deixados de lado nos escritos dos documentos oficiais, hoje a preocupação principal frente a esse conceito reside na preocupação de compreender como se dá o surgimento, qual as suas origens, e qual sua relação dentro da História, Bruna da Silva Garcia (2015). Nesse sentido, não são poucas as tentativas de classificar o que seria a memória inserida dentro do campo da História. Sobre isso, Bruna da Silva Garcia apresenta o seguinte:

Pensando nisso, qual seria a definição de memória dentro da História? Ela, o ato de lembrar, abriga o passado; ela também serve de abrigo para o presente. Ela pode ser, se não o é, um arcabouço de possibilidades e traz consigo inúmeras significâncias. Ela é mantenedora do passado por que ela o presentifica e o ressignifica a partir das vivências da atualidade. Para alguns, ela se distancia da História (Montenegro, 1994, apud Garcia, 2015, p. 1362-1363),

Porém, de acordo com Garcia, “para outros ela é parte atuante de processos históricos”(2015, p. 1362-1363). Diante do exposto é inegável a importância da memória para a História. Embora alguns estudiosos coloquem que memória e história não sejam sinônimas, é a partir do rigoroso trabalho de sistematização das lembranças individuais, e principalmente da memória coletiva, feito pelo historiador, que essas informações se transformam em ricas fontes de trabalho, mas que também podem ganhar o status de objeto de pesquisa. Portanto, defronte desse mar de possibilidades de definições do conceito de memória, em que ela pode ser entendida como fonte, como objeto, e até como método na sua relação com a História, que

tomamos emprestado para a construção da presente pesquisa a definição apresentada por Enrique Serra Padrós:

[...] A memória é uma construção. Como tal, ela é perpassada veladamente, por mediações que expressam relações de poder que hierarquizam, segundo os interesses dominantes, aspectos de classe, políticos, culturais, etc. Isto não é produto do acaso; é sim, resultado da relação e interação entre os mais diversos atores históricos em um determinado momento conjuntural. (Padrós, 2001, p.81)

Assim sendo, Padrós propõe um debate em torno do uso e desuso da memória partindo da perspectiva da “desmemória”, cujo sinônimo segundo ele seria o de apagamento, e da concepção de “memória confiscada”. Em face disso, as suas definições saem do campo do individual, e coloca-se dentro da memória coletiva, afinal de contas, embora seja o indivíduo o detentor das lembranças e responsável pela ação de lembrar, são os grupos sociais que delimitam o que deve ser lembrado, determinando o que, e como, recordar. Nessa perspectiva, se destaca o que Padrós (2001) coloca como sendo a “natureza social” da memória. O termo possibilita a compreensão de que a memória, longe de ser um registro fiel dos eventos que passaram, é o resultado de um jogo de interesse que envolveu os mais diversos sujeitos, e consequentemente os mais variados interesses. Portanto, partindo da definição de Padrós foi problematizada a construção da memória em torno dos campos de concentração cearense, com a finalidade de perceber quais as estratégias utilizadas na elaboração dessas narrativas.

Nesse sentido se faz pertinente também a compreensão do conceito de esquecimento, afinal a ação de lembrar consiste na escolha de informações, pois jamais será possível recordar um evento em sua totalidade. Desse modo, a existência de memória implica na presença do esquecimento. Cabe destacar aqui, que se trata de um esquecimento natural e preciso, diferentemente do apagamento imposto pelos grupos que se tornaram “senhores do tempo” em um determinado momento e dominaram uma dada sociedade. Nesse sentido, a utilização do conceito de memória implica, de maneira quase obrigatória, a utilização do conceito de esquecimento. Tomando emprestado novamente as contribuições de Enrique Serra Padrós, o historiador uruguaio apresenta o seguinte:

Evidentemente que se há usos da memória, há também, usos do esquecimento. Isto aponta para a possibilidade de até instrumentalizar os esquecimentos: “há esquecimentos que são usados ou que são usáveis para certos fins”. Esquecer (algo) pode ser uma opção, uma conveniência. Neste caso, é diferente do não-lembrar, pois,

há, aqui, uma ação consciente de alguém (a alguém interessa que não se lembre que...); na história tais situações são recorrentes (Padrós, 2001, p.85).

Afinal, se a memória tomada no campo das lembranças coletivas significa uma construção, isso se dá por dois caminhos. O primeiro ocorre a partir da reinterpretação dos fatos que ocorreram, onde os grupos sociais determinam quais os atores e contextos que merecem receber foco e serem inseridos na história oficial. Enquanto o segundo caminho se dá pela imposição do esquecimento. Esse método possibilitou em vários momentos da história, que as classes que o interessavam se apropriassem do passado indesejado e introduzissem novas memórias em benefício do poder dominante.

Sendo assim, o esquecimento pode ser utilizado como opção para restringir, ou até mesmo ocultar algo. Nesse sentido, se desloca esse elemento do campo do imaginário para o real, onde ganha traços mais concretos, como se fosse possível “tocá-los”. É no campo do real que o esquecimento passa a ser compreendido não como uma ação natural, mas como um elemento construído, na medida que é passível de apropriações. É importante destacar que essas alterações refletem, em sua grande maioria, relações de poder. É também no campo do real que o esquecimento deixa de ser entendido como a simples incapacidade de lembrar, e passa a ocupar aquilo que Peter Burke (2000) descreveu como a “organização social do esquecer”.

Dentro da temática dos campos de concentração, tal mecanismo é evidenciado a partir da relutância do poder público em reconhecer a presença de campos de concentração na capital Fortaleza. A demora do processo de tombamento do campo de concentração do Patu, no município de Senador Pompeu, o único que conta com a presença dos restos arquitetônicos das instalações, aparece com tentativa de ocultamento dessa memória. Diante disso, o conceito de esquecimento, aqui utilizado, parte daquilo que Peter Burke (200, p. 50) sugere: “[...] examinar a organização social do esquecer, as regras de exclusão, supressão ou repressão e a questão de quem quer que quem esqueça o que e por que”.

No que diz respeito ao foco e abordagem, nossa pesquisa, de modo geral, pretende analisar os embates pela construção da memória acerca dos Campos de Concentração cearense implantados durante as secas de 1915 e 1932. Como dito, o ponto de referência para a discussão da temática é o clássico livro *O Quinze*, da escritora cearense Rachel de Queiroz.

Nesse sentido, à luz dos escritos de Pesavento (2006), Barros (2010), Borges (2010), Ricoeur (1994), entre outros, recorreremos às concepções teóricas desses estudiosos para pensarmos as aproximações e as nuances presentes na relação entre História e Literatura. No

que se refere a análise do livro *O Quinze* como fonte literária, utilizaremos como embasamento os trabalhos de Junior (2000), Santana (2013), Lobato e Pereira (2011), e Cattapan (2010).

Portanto, no próximo capítulo iremos, inicialmente, analisar, e discutir sobre a relação entre História e literatura. Afinal, a tarefa do historiador consiste, também, em escrever sobre o resultado das suas análises, bem como também a literatura possui como pano de fundo fatos da realidade. Diante disso, essas duas áreas do conhecimento humano seriam antagônicas? Ou as duas se completariam? É em face desses questionamentos que conduziremos a primeira parte do segundo capítulo do presente texto. Não menos importante, iremos tecer, também, no segundo tópico, palavras sobre o romance *O Quinze* como lugar de memória social. Uma vez que os acontecimentos históricos sempre serviram de estímulo para as produções artísticas, sobretudo para a literatura, Santana (2013).

CAPÍTULO 2 – PORTEIRAS ABERTAS OU PORTEIRAS FECHADAS: HISTÓRIA E LITERATURA NA PERSPECTIVA DE RACHEL DE QUEIROZ SOBRE A SECA

2.1 ENTRECruzando HISTÓRIA E LITERATURA: UMA LEITURA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A NARRATIVA LITERÁRIA E O CONHECIMENTO HISTÓRICO.

Antes de abriremos a janela do tempo a partir da primeira obra de Rachel de Queiroz, *O Quinze*, e, como o mais exímio dos leitores faz, iniciaremos uma “viagem” a partir do cenário ali descrito, mas desta vez com o rigor que a construção da pesquisa histórica exige, e nesse sentido atendo-se aos detalhes cruciais para a composição de respostas pertinentes as dúvidas que servem de força motriz para o presente estudo. É preciso, antes de tudo, construir um diálogo sobre os caminhos que vieram a tornar possível a análise de textos literários, como o citado anteriormente, pelos historiadores, enquanto fontes pertinentes para a compreensão do “espírito da sua época”, mas também para um olhar mais íntimo das vidas, emoções e experiências humanas em diferentes épocas e contextos.

Além disso, o debate se torna pertinente para que possamos observar e pontuar questões que estão em volta dos dois campos, que hora os aproximam, fazendo com que se abracem e se completem, e que hora os afastam, colocando-os em uma disputa sobre o que pertenceria a cada ramo. Assim, buscaremos apresentar pontos de interconexão entre a História e a Literatura, - seria o historiador um literato? E fatos que os distinguem, - o compromisso com o real e o campo do possível. Possibilitando uma leitura acerca das dinâmicas presentes em torno da delimitação dessa fronteira tênue entre essas duas áreas do conhecimento humano.

Não é de hoje que a escrita é utilizada para além de um meio de comunicação, diante do seu poder de resistir ao tempo, o homem a transformou-lhe em uma poderosa ferramenta de registro dos fatos que o cercavam. Nessa perspectiva, desde o surgimento de uma escrita sistematizada a mais de 3 mil anos a. C., a principal preocupação dessa foi o registro dos aspectos cotidianos, políticos e econômicos. É claro que ela ganhou novos contornos, como afirma Batista (2022), deixando de se debruçar somente ao que era próprio do seu universo, e

ganhando caminhos mais amplos, dando vez a novas vivências e apresentando um mundo além, entretanto esta não se desligou das crenças e do cenário em que vive.

É dessa interconexão entre o momento de produção de um texto e o cenário que o cerca, que se apresenta um dos pontos de contato entre a história e a literatura. Afinal, nenhuma narrativa literária existe em um vácuo, elas são fruto do seu tempo, e assim refletem os valores, as preocupações e as ideologias em voga nas sociedades em que foram produzidas. Assim, os discursos literários fornecem importantes *insights* sobre uma realidade vivida em um dado momento histórico. Atentamos para o que destaca Antônio Sérgio Ferreira sobre isso:

Os textos literários são fatos históricos - uma vez que quem os escreveu estava historicamente posicionado e influenciado pelo momento – e, ao mesmo tempo, muitas vezes são representações da História. Por isso, é praticamente impossível pensar em textos literários sem considerar o contexto histórico em que surgiram e a partir do qual ganham seu significado último (Ferreira, 2010, p. 2).

Comumente, os trabalhos que tratam sobre a relação entre a História e a Literatura, se perguntam se seria o historiador um literato também. Tal pergunta decorre do fato de que, um estudo mais aprofundado sobre os dois campos proporciona a percepção de algumas similaridades entre os dois. Afinal de contas, o historiador para dar conta de registrar os resultados de suas análises utiliza-se, sobretudo, da escrita, e nesse exercício faz uso de inúmeros recursos que, a priori, pertenceriam ao mundo literário. Nesse sentido, o profissional do passado serve-se da narrativa para registrar e dar voz às suas análises, e assim como o literato, coloca seu texto a disposição para que o leitor possa interpretar e questionar o que foi escrito.

Entretanto, ficou claro também que, o literário se utiliza de algo tão próprio do historiador, – o passado – quanto o discurso seria da literatura, na composição de seus textos. Fato que faz com que Ferreira (2010) não somente afirme que muitas vezes os textos literários são reproduções do passado, mas que todo romance é histórico, na medida que está sempre relacionado a um recorte temporal e espacial. Assim, poderíamos ousarmos ir mais além e nos perguntar se: o literato também seria um historiador? Uma vez que seus textos, seriam também representações que buscam apresentar significados, ideias e experiências.

Embora o questionamento seja válido e suscite algumas inquietações, a resposta para essa pergunta seria negativa. Pois, embora a literatura e a história sejam formas de discursos

que permitem compreender o passado, há uma diferença em relação ao trato com o real e a fidelidade das palavras. Pois, enquanto o discurso literário quase sempre adota a ambiguidade, a parcialidade e pluralidade de sentidos, a narrativa histórica inclina-se a buscar a univocidade e a objetividade nos seus relatos sobre o passado. Algo que decorre do fato de que, enquanto a história procura reconstituir eventos passados conforme eles aconteceram, a literatura explora as possibilidades da imaginação, característica implícita enquanto campo de expressão artística.

Em seu livro *Poética*, Aristóteles destaca o seguinte: “Não é obra de um poeta dizer o que aconteceu, mas o que poderia acontecer, e o que é possível acontecer, segundo o que é verossímil e necessário” (Aristóteles, 2001 *apud* Ferreira, 2010, p. 02).

Assim fica claro que tanto a narrativa histórica, como a literária, tem o real no seu horizonte, mas o que as distingue é o compromisso do historiador em alcançar o real vivido, enquanto o escritor utiliza-o apenas como baliza para seus escritos. Entretanto, isso não o desqualifica como uma interessante ferramenta para o estudo do passado, afinal, em cada linha o autor deixa não somente as palavras que dão sentido a sua história, mas também as marcas do seu tempo. Dessa forma, os escritos literários têm exercido um importante papel na observação e compreensão do cotidiano social ao longo da história. Uma vez que permite aos escritores, bem como também aos leitores, examinar e assimilar as complexas dinâmicas inerentes às sociedades. Potencial analítico que não se restringe somente às sociedades do passado, mas sendo possível a leitura de corpos sociais do presente também.

Mesmo que essa afirmação não provoque nenhum espanto hoje, é importante salientar que, o reconhecimento da importância das fontes literárias para a escrita da história nem sempre foi uma realidade. Já que os escritos literários passaram bastante tempo sem ocuparem o devido status merecido em sua relação com a História e seus filhos, os historiadores, sobretudo na sua importância para a construção do conhecimento histórico.

Assim, ainda durante o século XIX, a narrativa literária ocupava um papel de coadjuvante na produção do conhecimento histórico. Fato que se deve a importância dada pelos historiadores aos documentos oficiais, tido como as únicas fontes confiáveis para o acesso ao passado. Esse valor dado aos registros oficiais era consequência direta da sua suposta objetividade e precisão que os qualificava como fontes primárias de informação sobre o passado.

Entretanto, diante desse cenário é errôneo pensar que o historiador positivista do século XIX não se utilizava da literatura para a construção dos seus escritos. Já que em alguns

casos, ao se ver sem acesso aos documentos oficiais, era preciso recorrer a outras formas de registro, e dentro dessas possibilidades, a literatura era uma delas. No entanto, cabe salientar que mesmo se utilizando da narrativa literária, esse mantinha uma postura de desconfiança, já que diante da sua natureza ficcional, os escritos literários não eram considerados uma fonte confiável de vestígios do passado. Nesse sentido, a literatura era tida como um documento que deveria ser utilizado somente quando o acesso aos documentos “confiáveis” não fosse possível. Perspectiva que negligenciava totalmente o seu potencial como uma janela para interpretar os valores, as representações culturais e as mentalidades de um determinado período.

Portanto, antes do reconhecimento de fato da importância das obras literárias para o campo da história, eram múltiplos os questionamentos dos historiadores frente às narrativas literárias. Entretanto, uma inquietação perpassava de ponta a ponta esse estranhamento, a necessidade de definição do que seria História e o que seria Literatura. Era preciso estabelecer as fronteiras entre a narrativa histórica e a narrativa literária, desenhando limites, aproximações e diferenças. Afinal, a primeira era uma ciência, e como tal tinha como premissa uma maneira de conceber seus escritos alinhado com esse campo do conhecimento humano, ou seja, suas narrativas deveriam ser pautadas em uma escrita objetiva, imparcial e condizente com o real, diferentemente da narrativa ficcional, impregnada das subjetividades inerentes ao fazer literário, carregados de sentimentos e não tendo como objetivo a representação fidedigna dos fatos. Sobre isso, Antônio Celso Ferreira (2009) aponta o seguinte:

A historiografia levou algum tempo para admitir que a literatura pudesse contribuir para o conhecimento das experiências individuais e coletivas de homens e mulheres no tempo. Foi preciso compreender que a história também comportava dimensões subjetivas, imaginárias, oníricas e ficcionais, tão importantes quanto os acontecimentos políticos, sociais e econômicos. Afinal, que outras fontes a não ser as artísticas, dentre as quais sobressai a literatura, deixariam registros tão preciosos e plurissignificativos desse universo humano recôndito, frequentemente recalçado noutros documentos? (Ferreira, 2009, p. 83-84)

Assim, foi somente com as discussões recentes que colocaram em xeque os limites da objetividade da História enquanto saber científico, que se sucedeu uma gradativa ênfase na aproximação entre a história e a literatura. Afinal, o início do século XX trouxe consigo um repensar na maneira do fazer histórico, trazido a partir do surgimento do movimento

intelectual da Escola dos Annales. Esse movimento historiográfico que acabava de florescer, trazia em seu bojo uma sucessão de ideias e abordagens que mudaria as estruturas na forma como se compreendia e se registrava a história. Alicerçados em uma “História-problema”, diferentemente da “História político-factual”, até então vigente, os intelectuais desse movimento adotaram uma postura focada na apreensão dos processos sociais, econômicos, e aos aspectos mentais, Ferreira (2009).

Essa nova perspectiva trouxe consigo a necessidade de que a História se relacionasse com outras áreas do conhecimento humano, assim passou a fazer uso dos escritos de áreas como a psicologia, economia, a antropologia e entre outras. Em decorrência dessa nova postura interdisciplinar, o conhecimento histórico não poderia mais se ater somente aos documentos oficiais, é nesse contexto que se abria espaço para a introdução da literatura como ferramenta de apoio para a historiografia.

Na esteira sobre esse alargamento dos parâmetros do campo histórico, e suas implicações, Batista (2022) destaca o seguinte:

Essa maior flexibilidade dos campos historiográficos é fruto do que, segundo Peter Burke (1992), chamamos “nova história cultural”. Seria uma maneira de produzir registros históricos além dos meios tradicionais. Difícil de ser definida, ela se encontra no ponto de afastamento ao da história tradicional. A própria já ascendeu com a ideia de multiplicidade e abertura de horizontes. No entanto, é necessário compreender que essa ampliação, ao tempo que trouxe um leque de possibilidades ao historiador, também implicou em muitas responsabilidades para com o fazer histórico. (Batista, 2022, p.14)

Portanto, a ampliação promovida no âmbito do campo historiográfico a partir da chamada “Nova História Cultural”, para além de um avanço significativo nos limites da história tradicional, abriu um leque de oportunidades únicas para os historiadores. Afinal, esta perspectiva desafia as fronteiras demarcadas pelos métodos convencionais, buscando a investigação de uma gama maior de perspectivas e a introdução de fontes anteriormente negligenciadas, das quais se sobressai a literatura. Nessa perspectiva, ao se afastar da metodologia até então vigente na forma do fazer histórico, essa nova abordagem possibilita uma visão mais abrangente e inclusiva da história, na qual reconhece a multiplicidade de experiências e narrativas que desenham as sociedades ao longo do tempo. Essa ampliação de perspectivas, oportuniza aos historiadores a possibilidade de desnudar histórias até então

negligenciadas, ou colocadas à margem nos relatos oficiais de uma nação, tidos como portadores de toda a história e da verdade absoluta, ampliando assim o entendimento do passado.

Em última análise, diante do que foi até aqui apresentado podemos dizer que, os pontos de interconexão entre esses dois campos do conhecimento humano, História e Literatura, são inumeráveis e que se apresentam das maneiras mais diversas. A narrativa histórica muitas vezes se afigura a narrativa literária, sobretudo na forma de sua construção, por outro lado, o romance também entra nesse jogo e se assemelha a história, pois frequentemente se compromete com a análise profunda de um contexto histórico. Nesse sentido, essa simbiose entre os elementos históricos e literários torna possível uma compreensão mais holística e enriquecedora do passado, além de demonstrar que, muito mais do que uma fronteira rígida, os limites entre essas disciplinas se apresentam, na maioria das vezes, de forma mais fluida. E que o historiador dotado do rigor metodológico necessário pode beber das fontes literárias, trazendo à tona inúmeros detalhes presentes nas entrelinhas dessas obras e apresentando um passado até então desconhecido.

2.2 DESNUDANDO A FACE DE QUEM FALA: UMA BREVE HISTÓRIA DE RACHEL DE QUEIROZ E SUA OBRA PRIMÁRIA

O uso da literatura enquanto fonte para a escrita histórica perpassa a barreira do simples estudo e seleção do conteúdo presente entre uma capa e outra da obra literária analisada. Trata-se de um mergulho mais profundo, em que se faz necessário estarmos sempre de olhos abertos, para que possamos observar as relações e dinâmicas presentes em torno da sociedade no momento em que o texto está sendo elaborado. Além disso, é preciso lançar também um olhar sobre o ambiente ao qual o autor/autora está inserido durante seu momento único enquanto artesão das palavras. Essa observação para além das palavras presentes na narrativa literária é necessária para que a partir dela possamos realizar uma leitura partindo das entrelinhas, ou seja, para que possamos ser capazes de observar as subjetividades presentes no romance e nos questionar sobre os seus objetivos. Nesse sentido, antes de falarmos sobre a grande seca de 1915 na perspectiva de Rachel de Queiroz, tendo como base seu livro *O Quinze*, é preciso tecer algumas linhas sobre quem foi essa grande escritora

brasileira e qual o impacto que sua primeira obra teve no cenário literário brasileiro da época, destacando também que o poder de repercussão dessa obra ainda se faz ecoar nos dias atuais.

Afinal, a análise das tensões e eventos que ocorrem em uma dada sociedade durante a elaboração de uma narrativa literária sempre se fará importante, pois esta irá respingar, de forma direta ou indireta, no texto. Pois, embora a literatura possa falar sobre um mundo fictício, este sempre terá raízes presas em inquietações fruto do seu tempo. Ou como destaca Santana (2013, p. 51) “o ato de reescrever a realidade por meio de ficções diversas, dando voz àqueles que a história muitas vezes emudeceu, é uma das singularidades da literatura e das artes em geral”.

Nessa perspectiva, ao escrever as primeiras palavras, naquele que seria a sua obra inaugural e que a introduziria de forma majestosa na cena literária da época, Rachel de Queiroz não fugiu do que afirma Santana na citação apresentada no parágrafo acima. Pois, as suas palavras versavam sobre uma problemática que sempre esteve em volta da sociedade na qual viveu, a escassez de chuvas e os impactos advindos desse problema. Muito mais do que isso, a própria Rachel havia vivido os dramas e horrores proporcionados aos sertanejos vítimas da seca ao qual deu vida ao seu romance.

Porém, aqui é importante salientar que, a autora longe estaria dos dramas vividos pelo seu personagem Chico Bento, e alinhando-se mais com a situação vivida pela sua personagem Conceição. Afinal, a menininha que desabrochou como uma das maiores escritoras brasileiras, nasceu em 17 de novembro de 1910, na capital do Estado cearense, Fortaleza. Nascida em uma família de intelectuais e com uma situação financeira relativamente tranquila para a época, teve o privilégio de gozar de um melhor destino durante o momento em que os impactos da grande seca de 1915 se fez presente. Assim, quando as coisas ficaram perigosas para a continuidade da vida humana a mesma embarcou juntamente com a família rumo ao Rio de Janeiro.

[...] Os primeiros dez anos da jovem foram marcados por mudanças dentro do Estado e também fora dele, sendo algumas dessas mudanças determinadas pela devastadora seca de 1915, quando a família Queiroz perdeu toda a plantação e todo o gado. Nesse ínterim, viveram um curto período no Rio de Janeiro, onde o Dr. Daniel trabalhou como juiz de direito, trabalho ao qual não se adaptou bem. Uma indicação do amigo Lauro Sodré, então governador do Pará, levou a família a se estabelecer na capital Belém, entre os anos de 1917 e 1919. [...] (Guedes, 2022, p.30.)

Muito mais do que uma condição financeira favorável, a autora compartilhava de outras semelhanças com sua personagem Conceição. Afinal, assim como a protagonista de sua história, Rachel também havia visitado os campos de concentração instalados durante a seca. Um outro ponto de aproximação entre o “criador e sua criatura”, é que ambas tiveram o magistério como profissão em um dado momento de suas vidas. Assim, poderíamos nos questionar até que ponto as próprias vivências da autora influenciaram na elaboração da sua obra.

Com apenas dezenove anos de idade, Rachel de Queiroz (1910 – 2003) narrou, com maestria, as belezas e as calamidades das fissuras abertas no árido solo de parte da vasta região Nordeste, bem como as fragmentações no interior de suas culturas. O romance *O Quinze* (1930) é, desde o nome, fragmento de espelhos mnemônicos da infância e das referências identitárias dessa artista da palavra e de uma parte da história brasileira: a força devastadora da seca de 1915, no Ceará. (Santana, 2013, p.15.)

Ou seja, a jovem escritora ao escrever sobre as penúrias vividas pela população sertaneja nos áridos torrões nordestinos, não só marcaria o cenário literário com suas palavras, mas também “lançando moda”. Afinal, as linhas traçadas em suas obras lhe renderam, em 1977, o convite para assentar-se a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Algo inédito até aquele momento, pois nenhuma mulher havia conseguido tamanha façanha, ficando claro o tamanho dessa escritora e o impacto da sua obra. Portanto era preciso escolher um traje que fizesse jus a essa proeza, assim foi organizado um desfile especialmente para que a autora pudesse julgar e escolher o traje adequado para receber seu prêmio.

É interessante pensar que a obra inaugural da primeira mulher a tomar posse de uma cadeira na academia brasileira de letras, começaria de forma despretensiosa e até inesperada. Afinal, o romance começa a ser escrito durante um momento em que a autora se encontrava com problemas de saúde, e como adepta da medicina popular, a sua mãe impôs algumas condições para que ela pudesse se tratar. Uma dessas condições seria a necessidade de dormir mais cedo, porém, a jovem Rachel no auge da insônia, acabou por aproveitar esse tempo extra para dar início a sua obra prima. E como o poeta que, durante os seus momentos de penúria escreve seus melhores versos, a autora sob a luz de um candeeiro escreveu sobre o trágico, mas também exaltou o belo, o que faz com que seus escritos também soem como poemas.

Entretanto, rompendo a expectativa de uma escrita marcada pelo sentimentalismo exagerado e do radicalismo, conforme a crítica da época elencava como sendo marcas do que seria uma típica escrita feminina, ao ser lançado em 1930, *O Quinze* traz consigo a marca de

uma escrita simples, porém rica de detalhes, forjada a partir da mistura da maneira de falar típico do nordestino. Assim, Rachel de Queiroz conseguiu apresentar o homem sertanejo e sua diáspora de maneira inovadora para a época, mas que ainda hoje consegue despertar um misto de sentimentos diante dessa terrível condição de vida não somente no coração do público nordestino, mas também no seu público em geral.

Diante desse misto de “novidades” trazidos por essa obra que fugia de qualquer tipo de expectativa criada sobre um livro escrito por uma mulher, fez com que a crítica literária da época não conseguisse aceitar que aquela obra havia sido escrita por jovem de 19 anos, e assim atribuindo a escrita do livro a “homens barbados”.

Porém, é inegável a grandiosidade da obra da autora cearense Rachel de Queiroz. Que ao escrever sobre as calamidades trazidas na proporção em que a grande seca de 1915 se alastrava sobre o território nordestino, e sobretudo pelo seu amado Ceará, acabou por fazer com quem seu livro não pudesse mais ser encarado somente como uma obra de ficção, e sendo entendida como reflexos mnemônicos de um drama social e político, regional e local. E mesmo afirmando não gostar de escrever sobre memórias, a autora acabou por fazê-lo através de reflexos de memórias individuais da sua infância, dando vida e voz a uma memória coletiva de um povo, dos seus conterrâneos. Fato que faz com que, passados mais de cem anos desde seu nascimento (1910 – 2003), a autora ainda hoje seja um dos principais pontos de partida para quem deseja estudar sobre a diáspora nordestina e o drama social, objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – A SECA E OS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO CEARENSE COMO PROBLEMA SOCIAL NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

Ao adentrar na seara da temática dos campos de concentração instalados no estado do Ceará em dois momentos de estiagem, 1915 e 1932, quase que de maneira obrigatória somos forçados a fazer uma reflexão sobre a relação problemática da região Nordeste com períodos de estiagem, fenômeno da natureza caracterizado pela diminuição, ou em casos mais extremos a ausência completa das precipitações pluviométricas destinadas para uma determinada região. Para a população nordestina, e sobretudo para o sertanejo que habita os torrões da porção semiárida da região Nordeste, esse fenômeno ficou cristalizado no seu imaginário através da terrível nomenclatura de “seca”. Embora os dois termos, estiagem e seca, faça menção a um fenômeno climático que sempre esteve a atingir a região situada entre o Leste e o Norte do país, o primeiro estaria ligado mais a sua face científica e a primeira fase desse problema, caracterizado pela baixa pluviosidade e assim atingindo de maneira mais específica o desenvolvimento das atividades agrícolas. Enquanto o segundo termo diz respeito a continuidade dessa ausência de chuvas que acarreta um grave desequilíbrio hidrológico e consequentemente torna essa área inóspita à vida humana, trazendo assim problemas de ordem social, econômica e política, momento no qual o sertanejo vê a sua última gota de fê se esvair. Os primeiros relatos da presença desse fenômeno e seus impactos sobre a região Nordeste remontam ao Brasil colônia. Vejamos o que destaca o engenheiro José Nilson B.

Campos em seu artigo:

O primeiro registro de seca na história do Brasil é devido ao padre jesuíta Fernão Cardim, que chegou ao Brasil em 1583 em companhia do jesuíta visitante padre Cristóvão Gouvêa. De 1583 a 1590, o padre Cardim viajou na costa brasileira de Pernambuco ao Rio de Janeiro e fez um relato epistolar que se constitui no primeiro documento a registrar uma seca no Nordeste (Cardim, 1925). Segundo ele, desceram dos sertões para o litoral de quatro a cinco mil índios apertados pela fome (Campos, 2014, p. 67-68).

Assim, desde os primeiros relatos datados de antes mesmo de uma colonização efetiva das terras brasileiras até os dias de hoje, as narrativas sobre os momentos de seca no Nordeste são marcadas por momentos de escassez que afetaram não somente a continuidade da agricultura, mas também a vida social e econômica dos seres humanos que habitam essa

região. Portanto, a ocorrência de momentos de estiagem sempre resultou em migrações forçadas, alterações no modo de vida e também o aumento nas tensões sociais. Sobre esse último, embora não faça parte das pretensões de abrangência da presente pesquisa, ele é resultado claro da forma na qual a sociedade nordestina foi estruturada, e a sua presença é nítida na forma desproporcional em que os impactos da seca são sentidos pela camada social mais vulnerável.

Portanto, nessa parte do texto buscaremos discorrer sobre a história dessa relação problemática entre esse fenômeno climático e o Nordeste. Nessa perspectiva, serão analisados alguns momentos de estiagem que marcaram a história do Nordeste, passando desde os primeiros relatos sobre a presença desse fenômeno nas terras semi áridas, até desembocar na grande seca de 1877-1879, momento no qual são criados aqueles que precederam os campos de concentração, os abarracamentos. Assim, serão apresentados os principais elementos que compõe a história das secas na região Nordeste, e que transformaria um fenômeno da natureza em um verdadeiro personagem da história de uma região, não somente pelos impactos trazidos por sua presença, mas também pela sua contribuição na formação cultural e social desse espaço. E não menos importante, a presente discussão se faz necessária na medida em que o resultado desse debate traz aspectos que contribui de maneira significativa para a compreensão da presente pesquisa.

A partir da primeira metade do século XVII se tem um movimento de ocupação dos sertões, alimentado sobretudo pela esperança de novas oportunidades e busca de novas terras. É com o início do estabelecimento de uma sociedade nas terras do semiárido nordestino que se têm relatos sobre os maiores impactos da seca nessa região Nordeste. Afinal, esse processo de instalação de uma população foi marcado pela ausência de um planejamento no que diz respeito às estruturas hidráulicas necessárias para um controle eficiente das águas tão necessárias a uma região marcada pela aridez. Assim, com o aumento dessa população e a desproporcionalidade com relação aos mecanismos necessários para a segurança hídrica para a fixação dessas pessoas durante momentos de estiagem, a cada nova seca, essa população sofre danos maiores. Somado a isso, se tinha o fato de que durante esse momento os governantes, reis de Portugal, não tinham a seca como um problema nacional e, portanto, não existia a formulação de nenhuma política pública de combate a ela, o que tornava seus danos ainda maiores.

Quadro que só mudaria com a grande seca de 1877-1879. A população nordestina da época viveu 32 anos de prosperidade até a seca de 1877, pois a última grande seca foi

registrada em 1845. É claro que se teve momentos de baixas precipitações pluviométricas, mas foram restritas algumas regiões e nada alarmante. Assim a sociedade que se desenvolvia nos sertões conseguiu um rápido crescimento demográfico e geográfico, mas sempre sem a implantação da infraestrutura necessária para o gerenciamento eficaz das águas, desprovida, também, dos mecanismos e políticas públicas pertinentes ao enfrentamento de momentos de seca e a prática de atividades agrícolas desconectada da realidade da região. A somatória de todos esses fatores corroborou para o estabelecimento de uma sociedade vulnerável aos impactos da seca. Nessa perspectiva, essa vulnerabilidade estrutural ficou nítida durante os anos de 1877-1879, tendo como resultado um dos piores desastres humanitários da história brasileira, com milhões sendo atingidos pela fome e a necessidade de migração em busca de melhores oportunidades.

Embora os números sobre os impactos dessa grande seca não sejam tão precisos, já que uma grande parcela dos flagelados não teve acesso aos socorros públicos na época, o que implicou ao não registro desses nas estatísticas sobre esse momento macabro da história das secas, estimam-se que o número de mortos tenha chegado a 500 mil pessoas durante esses três anos de chuvas irregulares. Essa estimativa se torna ainda mais alarmante se levarmos em conta que a população na época era de 10 milhões de pessoas, o que corresponde a uma baixa de 5% no total da população daquele período. É claro que os motivos que espalharam essa mortandade ao longo de oito províncias foram vários, destacando-se a fome, a falta de água, a desnutrição e inúmeras doenças advindas desse momento de aflição.

É diante desses números alarmantes que temos uma virada em como o problema da seca era encarado pelo poder público, se antes ela não correspondia a um problema nacional, e nessa perspectiva não exigia nenhum empenho no sentido da formulação de mecanismo para mitigar os seus impactos, agora se começa a pensar em meios para o enfrentamento desse problema, é claro que de forma lenta e bem aquém da verdadeira necessidade.

A partir da seca de 1877 e durante todo o final do século XX, quando o Nordeste passou a ser significado como “região-problema” no cenário nacional, diversas destas propostas de “solução contra os efeitos das secas” passou a ser defendida pelos grupos de poder político e econômico dessa configuração territorial, entre eles a migração ou evacuação do espaço em busca de lugares com clima “sadio” (Aguilar e Buriti, 2012, p.11).

No Ceará, recorte espacial ao qual o presente estudo dirige o foco de suas análises, os números de afetados durante esse momento não eram diferentes. Na época o estado contava com uma população de pouco mais de 800 mil habitantes, dos quais estima-se que quase 200

mil migraram para outras regiões do país em busca de melhores condições de vida, mas também com o sonho do enriquecimento rápido. Afinal, nesse momento surge o incentivo por parte da elite local e do poder público a uma política de migração desses sertanejos rumo a outros estados, de maneira acentuada a uma marcha às terras do Norte. Assim, desses 200 mil flagelados que partiram para outras localidades, mais de 50% foram em busca de melhores condições no “inferno verde”, como ficou conhecido a Amazônia.

Para que esse grande número de pessoas conseguisse acesso às políticas públicas de socorro e aos meios necessários para chegar aos outros estados da federação, era preciso primeiro alcançar a capital cearense. Assim, durante esse período Fortaleza foi invadida por mais de 100 mil flagelados que aumentaram sua população de forma desordenada, e com isso se instaurou um verdadeiro estado de anarquia naquela sociedade. Vejamos o que apresenta Yzy Maria Rabelo Câmara e Yls Rabelo Câmara:

O Ceará, estado marcado por histórico de secas, teve, nos anos de 1877 até 1879 uma seca tão profunda que provocou o ato desesperado de sertanejos de cruzarem a pé longas trajetórias, conforme Costa (2010) e Farias (1997), dos mais distantes e diversos municípios cearenses até a capital, com o objetivo de conseguirem a esperança da sobrevivência. Neves (1995, p. 95) coloca que diante do aumento abrupto de uma população de retirantes quatro vezes superior à população de Fortaleza, o caos foi instaurado, marcado por saques ao comércio local, desordens e epidemias, assim como a falta de moralidade insuflava um constrangimento à população provinciana cristã e neste contexto, a Igreja sentiu também um impacto muito forte pelo surgimento de movimentos messiânicos redentoristas (Câmara e Câmara, 2015, p. 174).

A chegada em massa desses retirantes foi em direção contrária aquilo que a sociedade daquela urbe planejava no momento, afinal Fortaleza vivia os bons ventos de um crescimento econômico motivado sobretudo pelo setor algodoeiro. Esse apogeu financeiro implicava na necessidade de uma sociedade alinhada com os novos padrões impostos por esse crescimento. Assim, a capital cearense iniciava o seu processo de embelezamento arquitetônico para atender a uma elite que estava desabrochando, composta por pessoas que já residiam na cidade, mas também por estrangeiros que chegavam à medida que as exportações do algodão se intensificaram. Portanto, a presença daquele grande contingente de pessoas que transformava a cidade em um verdadeiro palco de caos e desordem, era indesejada para esses novos padrões. Nessa perspectiva, a elite, e sobretudo a imprensa da época, intensificaram as

críticas e pressão sobre o governo para que esse tomasse medidas no sentido de afastar aquelas pessoas.

É diante desse cenário que dentro das medidas tomadas pelo governo provincial para controle dessas pessoas que chegavam à capital, surgem aqueles que seriam os precursores dos campos de concentração instalados em 1915 e 1932, os abarracamentos.

O Governo da Província foi surpreendido, pois não esperava que as ruas centrais fossem invadidas e habitadas por estes forasteiros, comumente visto como “os outros”, “os indigentes” sem lugar e sem direitos. Assim, a solução e ação imediata foi, a construção de alojamentos, os denominados abarracamentos, que serviam para abrigar a população retirante a partir de julho de 1877 e que duraram até o final da seca em 1879. Destes, alguns forma desativados outros deram origem a bairros da cidade (Garcia, 2005, p.3).

Assim como os campos de concentração, esses locais foram criados sobre a prerrogativa de prestar socorros aos flagelados que chegavam à cidade, onde esses sertanejos poderiam encontrar comida e segurança, mas que na verdade tinha como premissa o recolhimento dessas pessoas. Criado sem uma estrutura adequada para o acolhimento desses retirantes, logo se tornou o fim da linha para muitas das pessoas que lá chegavam, uma vez que os alojamentos criados não conseguiam atender ao número de sertanejos recolhidos. Somado a isso, a falta de infraestrutura sanitária corroborou para a proliferação das doenças que marcavam aquele momento.

Nesse sentido, esses momentos da história sempre representaram para alguns interessados, uma página que deveria ser esquecida, quando possível, queimada, da história oficial. Foi assim com os inúmeros sertanejos vítimas desses momentos de angústia causados pela seca hidrológica, mas também pela seca “social”, que quando muito lembrado, viravam apenas estáticas. Procederam assim também com os abarracamentos e os campos de concentração, entre tantos outros momentos nefastos da história das secas no Nordeste, fazendo com que esses episódios sejam desconhecidos pela sua própria população.

Portanto, se hoje temos uma vasta literatura que discorre sobre a problemática da seca, em que estudiosos das mais diferentes áreas do conhecimento humano debatem sobre os mais variados aspectos que estão em volta desta temática, cabe destacar que isso é fruto de debates mais “recentes”.

Sobre esse lugar de marginalidade destinado ao Nordeste, e mais precisamente a problemática das secas, dentro da historiografia brasileira é importante apresentar o que falar os historiadores Catarina de Oliveira Buriti e José Otávio Aguiar em seu artigo:

O Brasil, ao longo de sua trajetória histórica e social de auto-representação oficial e politicamente independente, quase nunca reservou para um quadro de privilégio as paisagens do semi-árido nordestino. Isso, talvez, porque elas não corroborassem as representações do verde, como o que figura em nossa bandeira [...] (Aguiar e Buriti, 2012, p. 8)

Embora a paisagem de árvores secas e de galhos retorcidos não combinasse com o verde presente na bandeira brasileira e a sua ideia de uma flora viva e rica. A atitude de não falar sobre a seca e seus problemas estava para além disso tudo. Falar sobre esse fenômeno, significaria apresentar uma região marcada por desigualdades sociais e pelo atraso em sua estrutura social, em que os impactos das secas seriam o resultado último de todos esses problemas. Representaria, falar sobre as ações do governo, ou melhor, a falta dela diante dos problemas trazidos durante os momentos de estiagem. Todos esses elementos iam na contramão do discurso de progresso nacional pregado pela historiografia brasileira no momento, e por isso, inicialmente ela volta seus olhares com maior ênfase na emergência de uma nova elite industrial que, mesmo de forma irregular, acompanhava o desenvolvimento nacional.

Entretanto, se por um lado a historiografia brasileira se absteve durante um período de escrever sobre as mazelas advindas das secas, a literatura regional esteve sempre a falar sobre essa triste realidade. Mesmo que de maneira ficcional na maioria das vezes, os escritores regionalistas ao escrever sobre os momentos em que as chuvas se tornavam escassas e se transfiguravam nas principais súplicas do povo nordestino, estiveram ao mesmo a denunciar os problemas que aconteciam durante esses momentos. Assim, a fome, migrações forçadas, morte, doenças, miséria, entre outros, sempre estiveram nas temáticas presentes nesses romances.

Fato que fez com que as narrativas regionais se transformassem em um rico campo de análise sobre os desafios e dificuldades enfrentados pelo povo nordestino durante os inúmeros momentos de estiagem, que assolaram essa região ao longo da sua história. Muito mais do que isso, a literatura regional possibilita um olhar mais amplo sobre a conjuntura política, social e

econômica que dão contornos às vivências durante esses momentos. Assim, obras como: *A Fome* de Rodolfo Teófilo; *Vidas Secas* de Graciliano Ramos; *Os Sertões* de Euclides da Cunha; *A Bagaceira* de José Américo de Almeida; e *O Quinze* de Rachel de Queiroz, se tornaram importantes documentos sobre esses períodos. Ousando ir mais além, podemos dizer que essas obras são verdadeiros monumentos de memória que dizem nas suas linhas tudo aquilo que muitas vezes foi tentado silenciar.

A literatura regionalista, por centrar a atenção no percurso e nos dramas vivenciados pelos retirantes em direção a terras desconhecidas, constitui-se como uma importante fonte para o estudo dos processos migratórios decorrentes da região do Semi-árido (Aguar e Buriti, 2012, p. 17).

Ainda dentro do campo de obras literárias que prestam um verdadeiro papel social sobre a história das secas, na medida que nos apresenta aquilo que em algum momento houve a tentativa de emudecer, gostaria de destacar a importância do livro de Rachel de Queiroz, *O Quinze*, para a construção do presente trabalho. Já que é através do contato com as narrativas sobre os dramas vivenciados pela população nordestina durante a seca de 1915, presente no livro, que surge o interesse sobre a temática. A leitura da obra esteve assim para além de uma simples experiência literária, tornando-se um ponto de inflexão, pois se até então havia um desconhecimento sobre esse episódio da história brasileira, com o contato da obra surge a curiosidade de saber mais sobre esse momento e que, posteriormente, culminaria com a decisão de torna a temática em objeto de pesquisa.

3.1. O RETORNO DE UM VELHO CONHECIDO E A PERPETUAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE MORTE: AS SECAS DE 1915 E 1932 E A IMPLANTAÇÃO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO CEARÁ

E a cena se repete mais uma vez no interior do estado nordestino, em 1915 e 1932 a falta de chuvas no começo do ano era o prenúncio de novos momentos de angústia para uma população que já sofrerá bastante com esse problema ao longo da sua história e saberá quando o mesmo se aproxima. Assim, as esperanças que os bons ventos ainda pudessem chegar trazendo chuvas para essa região se direcionaram completamente para o dia 19 de março, em que se comemora o dia de São José. Santo tradicional da Igreja Católica, esposo de Maria, mãe de Jesus Cristo, e que na população nordestina ganhou importante papel no que diz respeito à esperança de um bom ano chuvoso. A tradição do homem sertanejo conta que, caso chova no dia em que se comemora a vida do santo, é sinal que haverá um bom ano de chuvas, o que irá garantir uma boa colheita e conseqüentemente uma mesa farta.

Assim, na medida em que os dias passavam e ia se chegando o dia de São José, o sertanejo aumentava suas súplicas, mas também assistia a sua esperança se esvaír, assim como as chuvas. E na sua mente começava a imaginar a angústia de ter que reviver todos os problemas advindos com a seca e ser preciso refazer um caminho já conhecido. Primeiro se luta contra o fenômeno, depois de se ver vencido, e por fim é preciso migrar rumo a lugares onde a esperança ainda continua viva. E durante toda essa jornada, enfrentar e assistir as maiores atrocidades cometidas no auge do desespero fomentado pelo medo da morte. Nessa perspectiva, o retirante sabia que seria uma caminhada marcada pela miséria, fome, prostituição, roubos e tudo mais que o homem pode fazer em seu estado completo de anarquia.

Nessa perspectiva, nessas duas estiagens no início do século XX, 1915 e 1932, as coisas não foram muito diferentes. Uma vez que passado o dia de São José sem cair a tão esperada chuva de esperança, e assim constatado pela população nordestina que o ano seria de escassez hídrica, as coisas seguiram esse passo a passo até culminar com a retirada do homem sertanejo das suas terras, deixando para trás o pouco que tinha.

Porém, essas duas secas que assolaram o nordeste brasileiro e que voltamos nossas atenções para os seus impactos no Ceará, tem uma particularidade que as distinguem das demais estiagens, que acometeram essa região, a implantação dos campos de concentração, objeto de estudo dessa pesquisa. Portanto, nesse subtópico iremos debater sobre esses espaços,

que surgem como uma política de socorro aos flagelados, mas que ganharia outros contornos e faria deles um dos piores momentos da história brasileira. Nessa perspectiva, será debatido qual o verdadeiro interesse por trás da instalação desses locais, quais as situações vivenciadas pelas pessoas que lá foram amontoadas e qual o resultado da implementação desse mecanismo no combate aos impactos da seca.

Se até então a seca de 1877-1879 usará os abarracamentos como estratégia de contenção da onda de retirantes, que chegavam à capital Fortaleza, 36 anos depois, com a seca de 1915, o princípio utilizado no tratamento para com essa população seria o mesmo, porém o mecanismo ganharia uma nova roupagem devido algumas mudanças na estrutura da urbe. Sobre essa transformação, vejamos o que apresenta Laura Belik:

No início dos anos 1900, uma série de desenvolvimentos tecnológicos transformou a vida de Fortaleza, incluindo a chegada de esgoto e saneamento (1908), automóveis (1909), bondes elétricos (1913) e iluminação elétrica em espaços públicos e privados (1913) (ANDRADE, 2012, p.167). A chegada do próximo grande período de secas em 1915, e a vinda de uma nova leva de migrantes para uma Fortaleza agora recém-modernizada, levaram o governo a repensar o arranjo dos abarracamentos. A nova ordem era promover a concentração dos refugiados em um local único e isolado na periferia da capital: o campo de concentração do Alagadiço (Belik, 2023, p. 5).

Assim, diferentemente dos abarracamentos, que foram instalados no total de 13 ao longo da capital, em 1915 o local destinado para o recolhimento dos retirantes se concentrou em apenas uma instalação às margens de Fortaleza, o campo do Alagadiço. Embora essa mudança tenha sido apresentada pelo discurso político como uma forma de atender melhor os retirantes, uma vez que concentrados em um único espaço tornaria mais fácil e precisa a distribuição dos socorros, ela também aconteceu alinhada com outro objetivo. Se desenvolvia no final do século XIX e início do século XX os princípios da medicina higienista, da qual se destaca a ideia de que as doenças se propagavam através do ar e por isso seria de suma importância manter essas pessoas, vista pela população local como potencial portadora de doenças, longe do centro da cidade. Eliminando assim qualquer possibilidade de ameaça dessas pessoas para a população citadina. Além disso, como é destacado na citação utilizada acima, Fortaleza acabara de receber modificações na sua estrutura urbano que a fazia uma cidade recém modernizada, e a presença dessas pessoas nas ruas e praças da cidade não condizia com o novo patamar que a capital acabara de adquirir. Assim, a ordem era manter

longe essas pessoas que “enfeavam” a então bela loura desposada do sol, como também é conhecida a capital cearense.

Embora o nome campos de concentração possa nos dar a ideia de um local físico com uma estrutura semelhante a um galpão, essas instalações na verdade eram constituídas na sua maioria por estruturas feitas com restos de madeira e coberta por palhas. Em alguns casos, os retirantes se abrigavam somente sob a sombra de árvores que ficavam dentro da área dos campos. Portanto, esses locais careciam das estruturas mais básicas para assegurar a continuidade da vida humana. Nessa perspectiva, se a população fortalezense desfrutava de uma estrutura de saneamento básico advinda com o processo de modernização da capital, os sertanejos recolhidos nos campos não tinham acesso a tal estrutura. Somado a esse problema de carência de uma estrutura básica, ainda se tinha o fato da má alimentação que essas pessoas recebiam, e que em alguns casos não chegavam a receber, diante do grande número de pessoas retidas.

Outro agravante é que o número de flagelados que chegavam à cidade se revelou superou ao esperado, fato que fez com que o campo do Alagadiço ficasse rapidamente superlotado. A instalação pensada inicialmente para receber três mil retirantes, chegou a registrar cerca de oito mil pessoas ocupando os seus espaços. Como era de se esperar diante de um local sem estrutura de saneamento básico, em que as pessoas recebiam uma alimentação de má qualidade e com as doenças se proliferando rapidamente devido ao alto índice de aglomeração, os números de mortos cresciam a cada dia. Assim, esses espaços logo deixariam de ser vistos como um local de esperança, e passaria despertar temor na população sertaneja diante do fato de poder representar o ponto final na sua história.

Diante disso, podemos perceber que mais uma vez essa estrutura foi implementada desconectada com a verdadeira realidade vivenciada durante esse momento de estiagem. O que nos faz acreditar que antes das autoridades da época estarem de fato preocupadas em mitigar o sofrimento da população de retirantes que chegavam à capital Fortaleza, elas buscavam responder aos anseios da elite fortalezense que ansiava por ver essas pessoas longe da então moderna cidade.

O campo do Alagadiço encerrará suas atividades assim que as chuvas retornaram ao solo do semiárido cearense em 1916 e trouxeram de volta as esperanças para a população do homem do campo. Embora esse local não tenha deixado nenhum vestígio arquitetônico, uma vez que, como destacado anteriormente, esse local era composto por barracos feitos de maneira improvisada, ele ainda deixou sua marca na composição da capital. O atual bairro de

São Geraldo tem sua origem diretamente ligada com esse campo, pois se a maioria dos sertanejos retornaram ao seu local de origem, uma pequena parcela dessas pessoas, diante do temor de uma nova estiagem e de ter que viver todas as cenas angustiantes novamente, optaram por ficarem na capital. E diante da falta de espaço no centro da cidade essas pessoas começam a se instalarem às margens, dando origem a um bairro a partir do espaço antes ocupado pelo campo.

Aparentemente a experiência desastrosa do campo do Alagadiço parece não ter reverberado sobre o governo do estado cearense, pois o mesmo volta a utilizar o mesmo mecanismo com a chegada de um novo período de estiagem. Assim, em 1932, quando os bons ventos se ausentam novamente do Ceará e levam consigo o inverno desejado pelas pessoas que ocupam esse espaço, o poder público vê com bons olhos a reutilização da velha política.

Vejamos o trecho a seguir:

Apesar da experiência do campo de 1915, quando o próximo grande período de seca chegou em 1932, o governo do Ceará logo retomou esta mesma estratégia de auxílio e isolamento dos migrantes refugiados. Idelfonso Albano, Prefeito de Fortaleza entre 1912-1914 e 1921-1923, e Governador do Ceará entre 1923-1924, defendeu com veemência a política dos campos de concentração, propondo não apenas sua continuação, mas o acréscimo de unidades a serem instaladas por todo o estado, a fim de evitar a periódica “invasão” de migrantes na capital (Belik, 2023, p. 6-7).

Diante da ideia de aumentar o número dessas instalações, podemos afirmar que os detentores do poder, reconheceram a falta de eficiência do campo do Alagadiço em atender o seu principal objetivo, barrar a presença dos retirantes no cenário cotidiano da capital cearense. E nessa perspectiva, a ideia defendida pelo político Idelfonso Albano ganharia concretude com a instalação de sete novos campos de concentração. Diferentemente de 1915, a implementação desses campos não ficaria restrita somente ao território da capital, e assim os mesmos foram implantados ao longo de todo o estado.

A mudança na quantidade desses locais esteve alinhada com um novo direcionamento na política de tratamento com os sertanejos que marchavam rumo a Fortaleza. Se o objetivo antes era recolher os retirantes presentes no centro da cidade de Fortaleza, a meta agora era fazer com que essas pessoas não chegassem nem a adentrar o espaço da capital. Portanto,

esses novos campos foram instalados de forma estratégica ao longo das duas ferrovias que dava acesso à capital, a estrada de ferro de Baturité e a de Sobral.

Na seca de 1932, o deslocamento da população retirante deu-se por caminhos de poeira e ferro. Mesmo com a suspensão da distribuição de passagens, os retirantes continuavam a chegar a Fortaleza, vindo dessas regiões. Era, portanto, nesses centros de aglomerações que o controle do flagelado deveria se impor com maior rigor. Os Campos de Concentração foram erguidos próximos às estações ferroviárias que enviavam o maior número de flagelados a Fortaleza (Rios, 2014, p. 20).

Embora as duas estradas cortassem o estado e fossem fonte de acesso para Fortaleza, os trilhos da estrada férrea de Baturité recortavam os solos onde a falta de chuvas se impôs de maneira mais acentuada. Como reflexo disso recebeu três dos sete novos campos ao longo do seu percurso. Foram os campos de concentração de Senador Pompeu, Quixeramobim e o do Crato. Enquanto isso, a estrada de ferro de Sobral, passava ao longo dos municípios onde menos se registravam os impactos da seca e consequentemente onde se tinha menos registros de grandes levas de pessoas em busca de chegar à capital do estado. Diante disso recebeu apenas um campo às suas margens, o campo de Ipu. Curiosamente um único campo foi instalado longe das linhas férreas, foi o campo instalado no município de Cariús.

Mesmo com uma política mais rígida no tratante a barrarem essas pessoas de chegarem ao seu destino final, muitos ainda conseguiam driblar todo esse aparato do poder político e chegavam a Fortaleza. Assim, foram instalados dois campos também no território fortalezense. A instalação desses dois campos ainda teve como princípio norteador a ideia de que as estradas de ferro eram o principal meio utilizado para se chegar à cidade. Nessa perspectiva, os campos de concentração do Matadouro e do Urubu foram implementados ao final das duas linhas ferroviárias.

No tocante a arquitetura desses novos campos, quase não houve nenhuma mudança quando comparado com os espaços anteriores. Eram grandes espaços de terra circundados com cercas de arame farpados, ou mesmo murados. Onde os sertanejos construía seus abrigos com pedaços de madeira e palha. Mais uma vez foram planejados sem levar em conta o grande número de pessoas que iriam receber. Muitos foram pensados para receberem até cinco mil retirantes e chegaram a quadruplicar esse número. Nessa perspectiva, como é de se esperar, o caos, a fome, e a morte imperaram dentro desses lugares.

Assim, já nos meses iniciais de funcionamento desses lugares, os números de pessoas recolhidas chegavam a cifras assustadoras. Os dados oficiais falam em cerca de mais de 70 mil sertanejos presentes nessas instalações no final do mês de junho de 1932. Sendo eles distribuídos da seguinte maneira: Quixeramobim com 4542 retirantes, Ipu contendo mais de 6500 pessoas, o campo localizado no município de Senador Pompeu abrigava 16221, o campo do Buriti, localizado no Crato, também estava com uma quantidade semelhante, 16200 retirantes, as duas instalações presentes em Fortaleza registravam 1800 pessoas retidas, e a situação mais alarmante era em Cariús que estava com 28648 almas amontadas nos seus espaços.

Muitas foram as mudanças dos campos de concentração de 1932 quando comparado com a experiência de 1915. Elas não ficaram restritas somente ao aumento desses locais, ao consequente crescimento do número de concentrados, à localização dos campos e muito menos às condições subumanas que aumentaram durante esse período. Houve, também, uma mudança na política de assistência a essas pessoas, que transformaram a forma como era visto a questão do auxílio dado aos retirantes e que teve reflexos no cotidiano desses locais e da vida dos que estavam ali presentes.

Os Campos de Concentração funcionavam como uma prisão. Os que lá chegavam não podiam mais sair, ou melhor, só tinham permissão para se deslocar quando eram convocados para o trabalho, como a construção de estradas e açudes ou obras de “melhoramento urbano” de Fortaleza, ou quando eram transferidos para outro campo. Durante esses deslocamentos, sempre havia uma atenta vigilância para evitar as fugas ou rebeliões. Os flagelados só se deslocavam dentro de caminhões e, a todo momento, ficavam sob o atento olhar de vigilantes (Rios, 2014, p. 93).

Diante da citação utilizada acima, notamos algumas mudanças nessa nova etapa da política dos campos. Se anteriormente os retirantes foram destinados ao campo do Alagadiço, porém deixados de maneira mais avulsa dentro desse espaço, agora existia todo um aparato de controle sobre a vida dessas pessoas. Não bastava simplesmente recolher, era preciso vigiar e controlar, como se faz com aquilo que é indesejado. Assim, não era simplesmente a usurpação da liberdade, mas também uma privação física e psicológica. Nesse sentido, além de pessoas com a função de vigiar os concentrados, cabe aqui destacar que essa “polícia” dos campos contava com a presença dos próprios flagelados na sua composição, existiam também espaços destinados à punição de pessoas, que se rebelavam contra as situações vividas nas concentrações.

O uso da mão de obra das pessoas recolhidas marcava uma virada na política de assistência aos desvalidos da seca. Agora a ideia norteadora não era simplesmente ajudar de forma gratuita essas pessoas, deveria existir uma troca em favor desse socorro. Porém, é importante salientar aqui, que essa novidade nos campos da seca de 1932, ainda mantinha laços com esse controle físico e psicológico. Uma vez que os detentores do poder acreditavam que era preciso dar princípios de civilidade a essa população marcada por cenas de promiscuidade no seu cotidiano. Assim, para uma sociedade que tinha nos princípios cristãos o norte para sua existência, nada melhor do que a utilização do trabalho para tirar essas pessoas da degradação causada pelo ócio.

Entretanto, diante da forma como a mão de obra dessas pessoas foram utilizadas na construção de empreendimentos públicos, ela ganharia contornos que as deixariam longe de um ideal cristã. Pois, todos deveriam ser utilizados como força de trabalho, fazendo com que mulheres e até mesmo crianças trabalhassem nessas construções. Além disso, a jornada de trabalho nessas obras era extremamente exaustiva, começava com o primeiro raio de sol e se encerravam somente quando esse desaparecia do céu. Além do que, diante do fato de que esses “recebiam” abrigo e comida, os mesmos não recebiam nenhum tipo de pagamento pelos serviços prestados. Nessa perspectiva, somado todas as condições precárias que os retirantes viviam, e aqui já listadas, isso levou a muitos terem as suas vidas ceifadas onde imaginaria encontrar amparo para os dias angustiantes.

Portanto, como resultado de tudo até aqui apresentado, é incontestável que os campos de concentração foram meramente uma política de assistência às pessoas do semiárido atingidos pelas secas de 1915 e 1932. Fica nítido que eles foram um projeto pensado e colocado em prática por aqueles que detinham o poder político e econômico da época. Fato que os faziam julgar-se estarem acima dessas pessoas, e que o contato com o sertanejo, carregado de suas angústias, seria nocivo. Assim, colocou em prática um projeto no qual em nenhum momento levou em conta de fato os aspectos humanos daquelas pessoas que fugiam em busca da esperança de uma vida melhor. E como resultado de tudo isso, teceu-se não somente um dos piores momentos da história das secas no Nordeste, mas também um capítulo sombrio na história da humanidade.

3.2 UMA HISTÓRIA QUE INCOMODA: O APAGAMENTO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO

O período que se sucedeu após o encerramento do uso da política de repressão e confinamento dos retirantes vítimas de momentos de estiagem, simbolizada sobretudo na materialização dos campos de concentração, é de inteiro silêncio. Esse mecanismo faz parte do processo psicológico natural do ser humano após um evento traumático, onde existe uma dificuldade em acessar partes de acontecimentos em sua memória. Então diante dos horrores vivenciados pela população confinada nos campos, ou os sertanejos que sofreram com as terríveis circunstâncias advindas durante esse período, optaram, inicialmente, pelo silêncio, natural em um processo de luto.

Lima (2021) fala que após um evento traumático, a sociedade se vê diante de duas perspectivas de encarar esse momento. Vejamos o que ele aponta:

É importante salientar que em um contexto pós-conflito, entendido num sentido amplo, há de fato dois desenvolvimentos principais possíveis: (i) a população reprime o evento para tentar se reconectar com o passado do pré-conflito; ou (ii) os atores sociais insistem na importância do conflito para propor um novo começo (Lima, 2021, p. 55).

Entretanto, se inicialmente esse silenciamento se torna justificável no contexto imediato após os campos de concentração, diante do trauma de tudo aquilo que foi vivido, hoje, passados mais de um século desde a implantação do primeiro campo, o campo do Alagadiço, se torna insustentável e questionável esse esquecimento. Fato que faz com que ao longo deste trabalho seja citado inúmeras vezes que a história dos campos ainda hoje é desconhecida pela própria população cearense. Nessa perspectiva, como resultado dessa mancha que desfoca esse triste momento da história das secas no Nordeste, ficam inúmeros questionamentos. O que faz com que um dos piores capítulos da historiografia brasileira seja fato tão desconhecido? Quem relegou esse espaço de marginalidade aos campos de concentração dentro da historiografia brasileira? A quem interessa o esquecimento das inúmeras vidas que foram ceifadas durante esse momento? Qual o motivo por trás da falta de atitude do poder público em lembrar o fatídico episódio da implantação dos campos de concentração?

Esses são apenas alguns dos questionamentos que florescem diante de uma análise dos currais do governo e que guiaram o debate presente nessa parte do texto. É claro que esse momento da história ainda poderia suscitar muitos outros questionamentos diante da riqueza de fatos e desdobramentos que compõem esse período da história cearense, sobretudo nas suas entrelinhas, ou melhor, nas lacunas que ainda existem sobre esse fato. Porém, iremos nos atentar sobretudo ao apagamento histórico que marca a história dos campos de concentração.

O apagamento da memória sempre foi uma estratégia intencional utilizada por aqueles que detinham o poder político, ou econômico, para ocultar fatos do passado que possam ser prejudiciais à imagem do Estado, ou das elites. Muito mais do que esconder ações do passado que os incomodam, esses podem dar novos contornos à narrativa histórica, forjando-a de acordo com interesses do presente. Nessa perspectiva, o apagamento dos campos de concentração está profundamente interligado com o desconforto e a vergonha ocasionados pelas práticas desumanas e autoritárias colocadas em prática durante o funcionamento desses espaços.

Apesar da atrocidade governamental e das elites locais contra o campesinato, extremamente vulnerável em face da seca e da fome, este episódio de grande escala é apenas mais um que permanece silenciado pelas autoridades e, também por isso, ignorado pela maior parte dos brasileiros. Assim, quando se buscam exemplos de ações governamentais intoleráveis, como as de genocídio ou de crime contra a humanidade, normalmente a referência são os campos de concentração nazistas. Acontece que, infelizmente, temos os nossos próprios campos de concentração, onde fome, epidemias e repressão governamental aceleraram a morte e causaram traumas profundos em nós mesmos. (Brasil de fato, 2021)

No início desse subtópico foram elencadas quatro perguntas, onde a primeira questiona sobre o motivo pelo qual um dos piores capítulos da historiografia é fato pouco conhecido pela própria população. Nesse sentido, quando destacamos o movimento de apagamento histórico em volta dos campos de concentração, estamos indo de encontro a resposta a esse questionamento. Assim como foi feito com os flagelados durante o momento de implantação dos campos de concentração, a ideia era ocultar tudo aquilo que não corroborava com a imagem dos grupos interessados.

Fato que fez com que a historiografia brasileira, sobretudo do século XX, destinasse pouco espaço para os escritos que versavam sobre os problemas do Nordeste. Assim, temáticas como seca, migração, fome, doenças e de maneira mais acentuada os próprios

campos de concentração pouco aparecem nos escritos desse período. Tendo, como já mencionado em outro momento deste trabalho, um pouco de privilégio dentro da literatura regionalista. É importante aqui salientar que outro fator que colabora para a ausência de trabalhos que tratam sobre os campos é a própria ausência de documentos, já que alguns documentos oficiais desapareceram, outro indicativo desse processo de apagamento.

Portanto, a construção da memória sobre eventos traumáticos como os campos de concentração cearense é um campo marcado por conflitos de interesses. Fato que faz com que, muitos mais do que ocultar os fatos acontecidos, haja um verdadeiro assalto da memória coletiva. E que, também, os verdadeiros detentores das memórias pouco participam na construção das narrativas sobre os episódios que vivenciaram. Sobre isso, vejamos o que aponta Silva e Passos em seu artigo:

Para direcionar como se efetuará uma narrativa, as potências superiores (e essas possuem várias facetas, tais como grupos oligárquicos de empresários, cúpula religiosa ou forças armadas apoiadas por civis) necessitam tomar dos atores sociais a guarda de suas memórias, transformando-as em algo que não lhes pertencem. Temos, assim, abusos de memórias, quando estas são coagidas a se direcionar para uma perspectiva que é de interesse de “alguém”, abusos que alcançam seu apogeu sobre a forma de esquecimento [...] (Passos e Silva, 2019, p. 63).

Diante da citação acima, fica nítido que a escolha sobre o que vai ser lembrado e esquecido sobre um evento traumático longe está das mãos daqueles que viveram os horrores desse momento. Com os currais do governo cearense, as coisas não foram diferentes, uma vez que essa atividade ficou a cabo de grupos interessados. Nessa perspectiva, se anteriormente respondemos o porquê de a história dos campos ser pouco conhecida, agora nos encontramos defronte a outros dois questionamentos feitos no início dessa parte do texto: quem relegou esse espaço de marginalidade aos campos de concentração dentro da historiografia brasileira? e a quem interessa o esquecimento das inúmeras vidas que foram ceifadas durante esse momento?

Embora sejam duas perguntas distintas, a resposta para a duas encontra respaldo em um único grupo, elite política e econômica. Afinal, como já apresentado no presente trabalho, a implementação dos campos é uma clara resposta aos anseios de uma elite que vivia o auge do processo de modernização da sua urbe e encarava os flagelados como ameaça a esse momento. E que, se inicialmente essa população era encarada com medo diante da miséria que carregava, logo depois iria ser usada como mão de obra barata durante esse processo de embelezamento arquitetônico.

Nessa perspectiva, se esse grupo é responsável pela criação e implementação dos campos de concentração, a ele também é creditado todas as atrocidades vividas dentro dos cercados daqueles locais. Assim, a tentativa de relegar um espaço de marginalidade, ou até mesmo o esquecimento, desses locais é uma clara evidente resposta à tentativa de se eximir da culpa de uma das piores tragédias da humanidade.

Chegamos a essa parte do texto com um último questionamento daqueles que foram feitos no início: qual o motivo por trás da falta de atitude do poder público em lembrar o fatídico episódio da implantação dos campos de concentração? A falta de ação do governo diante dessa situação é resultado de dois principais fatores, o primeiro deles é que essa atitude decorre do processo de apagamento histórico já mencionado. Já que dado o distanciamento temporal do episódio e a ausência da temática nos currículos escolares, bem como também nas mídias, resulta em uma compreensão superficial sobre o que aconteceu por parte da atual geração. Nessa perspectiva, cria-se uma falta de demanda por reconhecimento e, assim, a temática dos campos continua a ser negligenciada.

Um segundo fator que explica essa inação do poder público encontra-se na esfera jurídica. Já que a revisitação a um tema sensível como esse implica no pleno reconhecimento de responsabilidade tanto do governo estadual, como federal, pelos atos ocorridos durante esse período. Nessa perspectiva, esse reconhecimento poderia implicar em medidas de reparação às vítimas desse momento.

Os campos de concentração das secas são coisas tão vergonhosas praticadas pelo Estado Brasileiro, que ele quer apagar. Hoje, eu entendo que os próprios governantes atuais têm receio do resgate da memória da seca de 32 até por medo de terem de indenizar os descendentes das pessoas que foram injustiçadas naquela época. As pessoas foram aprisionadas, usadas como mão de obra escrava para a construção de estradas, construção de ferrovias [...] (Marco Zero, 2022)

Por fim, levando em conta tudo o que foi apresentado é evidente que o esquecimento sobre as temáticas dos campos de concentração, fruto de um processo de apagamento histórico, é uma política de silenciamento alimentada pelas elites e pelo poder público federal como forma de ocultar os horrores cometidos durante as secas de 1915 e 1932. Essa forma de lidar com as memórias desse momento, não só mantém as vítimas na sombra da invisibilidade, como também proporciona que os responsáveis por tudo que aconteceu continue sem enfrentar as consequências legais e morais de seus atos. E que o resgate da história dos campos de concentração, os denominados “currais” do governo cearense, se faz necessários na

medida em que possibilita a construção de uma sociedade mais justa e curada das suas feridas. E o caminho que conduz ao resgate dessa memória passa por linhas traçadas a bastante tempo, mas que mantém a sua atualidade e importância ao longo do tempo. Assim, a literatura regional, e de maneira mais específica, o livro *O Quinze*, deve ser entendido como uma das principais molas propulsoras de quem se encarrega de estudar esse momento das histórias das secas no Nordeste, e sobretudo para aqueles que desejam voltar seus olhos para o recorte espacial do estado cearense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu analisar os fatos e causas que levaram o episódio dos campos de concentração instaurados no Ceará durante as secas de 1915 e 1932 a serem fato pouco conhecido dentro da historiografia brasileira, sobretudo pela própria população cearense.

Para a efetivação desse objetivo foi necessário a construção de uma verdadeira caminhada, onde, como uma espécie de funil, começamos no cenário macro e fomos afunilando até chegar na problemática que serve de força motriz para o empreendimento dessa pesquisa.

Assim, foram definidos objetivos, conceitos, e justificativas que dão sustentação ao trabalho. Com isso podemos compreender que memória e esquecimento tomados no cenário coletivo, longe estão de serem atividades simples e aleatórias, mas que na verdade estão a serviço de grupos que possuem o poder político e econômico de uma dada sociedade.

Além disso, a partir do presente trabalho também foi possível traçar um diálogo entre história e literatura, destacando semelhanças e diferenças. Nesse sentido, construiu-se um caminho sobre os fatos que vieram a tornar possível a utilização das narrativas literárias enquanto fontes para a construção do conhecimento histórico. Muito mais do que isso, podemos perceber que, se por um lado o historiador se utiliza das obras literárias como fontes, ou emprega mecanismos que, a priori, pertenceriam a literatura na construção dos seus trabalhos, por outro lado os literários se utilizam de eventos históricos na construção de suas narrativas.

Foi nesse mergulho sobre a relação entre História e Literatura que foi possível compreender que a utilização desta última como fonte não se limita somente à seleção do texto presente entre uma capa e outra. Sendo preciso levar em conta tanto o cenário e as dinâmicas presentes na sociedade no momento de sua elaboração, como também o meio ao qual o autor/autora está inserido. Trazendo isso para a temática do presente estudo, foi possível compreender que mesmo a autora Rachel de Queiroz se lançando a escrita de uma história fictícia, ela trouxe inúmeros elementos do contexto histórico da sociedade na qual vivia. Além disso, ficou evidente também que, mesmo destacando o fato de não gostar de escrever sobre memórias, na sua primeira obra, *O Quinze*, ela deixou “derramar” sobre a sua narrativa memórias da sua infância.

Nesse sentido, se por um momento a historiografia brasileira se absteve de escrever sobre momentos traumáticos como os campos de concentração cearense, é com essa literatura regional que se apoia no cenário da sociedade em que é gerada, que foi possível manter as memórias de episódios como esse vivo. Fato que faz com que essas narrativas sejam um ponto de partida para quem se dedica a estudar os problemas, as tramas e os dramas vividos pela população do semiárido nordestino durante os seus momentos de angústia sempre que o fenômeno da seca se fez presente no seu espaço.

Por fim, diante de tudo que foi exposto e dos debates construídos ao longo da pesquisa, infere-se que o referido estudo conseguiu alcançar os objetivos ao qual se lançou. Já que por meio de um debate historiográfico sobre a história desses locais conseguiu alargar as interpretações e significados sobre os fatos que constituem esse momento da história das secas no Nordeste. Deixando claro que a construção da memória sobre a fatídica política dos campos de concentração foi e ainda é local de disputa, e que a elaboração desta memória é perpassada pelo interesse dos grupos dominantes que fazem valer o seu poderio nesse jogo de poder. Para isso, esse grupo se utiliza das mais diferentes estratégias, desde a ressignificação dos fatos, até mesmo o confisco dos acontecimentos.

FONTES

BRASIL DE FATO. **Campos de concentração no Brasil:** a história silenciada da seca de 1932. Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 09 dez. 2024.

BRASIL DE FATO. **Currais:** a preservação da memória dos campos de concentração do Ceará na seca de 1932., 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/07/13/currais-a-preservacao-da-memoria-dos-campo-s-de-concentracao-do-ceara-na-seca-de-1932>. Acesso em: 01 de nov. de 2024.

MARCOZERO. **Apagados da história oficial, campos de concentração da seca de 1932** estão marcados na memória popular. Marco Zero Conteúdo, 2022. Disponível em: <https://marcozero.org.br/apagados-da-historia-oficial-campos-de-concentracao-da-seca-de-1932-estao-marcados-na-memoria-popular>. Acesso em: 01 nov. 2024.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **“História e Literatura – novas relações para os novos tempos”**. Revista de Artes e Humanidades, N.6, MAI – OUT, 2010, p. 1-27

BATISTA, César de França. **ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DO PATRIARCALISMO RURAL NA OBRA "FOGO MORTO"**. 2022. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2022.

BELIK, L. Campos de concentração no Ceará (1915, 1932): Histórias apagadas do processo de urbanização de Fortaleza. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA URBANA E REGIONAL, 20., 2023, Belém. **Anais do XX ENANPUR**. Belém: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2023

BORGES, P. D. V. R. **História e Literatura:** Algumas Considerações. Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 94–109, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BURITI, C. D. O.; AGUIAR, J. O. SECAS, MIGRAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DO SEMI-ÁRIDO NA LITERATURA REGIONAL: POR UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DOS SERTÕES DO NORDESTE BRASILEIRO. **Textos e Debates**, [S. l.], v. 2, n. 15, 2012. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v2i15.747. Disponível em: <https://revista.ufrn.br/textosedebates/article/view/747>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. São Paulo - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CÂMARA, Yzy Maria Rabelo; CÂMARA, Yls Rabelo. **Campos de concentração no Ceará:** uma realidade retratada por Rachel de Queiroz em O Quinze (1930). Revista Entrelaces, Fortaleza, ano 5, n. 6, p. 171-182, jul./dez. 2015.

CAMPOS, José Nilson B. **Secas e políticas públicas no semiárido:** ideias, pensadores e períodos. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 82, p. 65-74, 2014.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – Entre práticas e representações. Portugal: Difel Editora, 1988.

COELHO, Isabelle Viana. **Museu de território dos campos de concentração no Ceará**. 2019. 148 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

D'ASSUNÇÃO BARROS, José. TEMPO E NARRATIVA EM PAUL RICOEUR: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CÍRCULO HERMENÊUTICO. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 1–27, 2012.

FERREIRA, Antonio Celso. **A fonte fecunda**. In: PINSKY, Carla B. LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. SP: Contexto, 2011, p. 61 - 91.

GARCIA, Ana Karine Martins. **Cidade X Abarracamentos**: os conflitos e o cotidiano dos retirantes em Fortaleza (1877-1880). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

FERREIRA, Antonio Sérgio. **Relações entre literatura e história**. *Diálogos Acadêmicos - Revista Eletrônica da Faculdade Semar/Unicastelo*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-20, jan. 2010.

GARCIA, B. S. **Memória e História**: Uma Discussão Teórica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Porto Alegre. Anais do VII Congresso Internacional de História, XXXV Encontro de Geohistória Regional, XX Semana de História. Porto Alegre: PUCRS, 2015, p. 1361-1371. doi: 10.4020/7_cih.pphuem.1508.

GUEDES, Taffarel Bandeira. **RACHEL DE QUEIROZ, REGIONALISMO E RECEPÇÃO JORNALÍSTICA**: um estudo biobibliográfico da romancista e da crítica de "primeira onda" de Dôra, Doralina e Memorial de Maria Moura. 2022. 622 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

LIMA, Mayk Lenno Henrique. **SEMPRE HÁ ESPERANÇA APÓS A CERCA E A SECA**: A patrimonialização do campo de concentração do Patu em Senador Pompeu - CE. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

PADRÓS, E. S. (2001). **USOS DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO NA HISTÓRIA**. Letras, (22), 79–95.

QUEIROZ, Rachel de. O Quinze. São Paulo: Siciliano, 1993 [1930].

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994. 327 p. Tradução de: Constança Marcondes Cesar.

RIOS, Kênia Souza. **Isolamento e poder**: fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. 1998. 144 f. Tese (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica, Fortaleza, 1998.

ROIZ, Diogo da Silva. **A 'NOVA HISTÓRIA CULTURAL': QUESTÕES E DEBATES**. Pensamento Plural, Pelotas, v. 02, n. 02, p. 181-186, jun. 2008.

Sandra Jatahy Pesavento, **“História & literatura: uma velha-nova história”**, Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Débats, mis en ligne le 28 janvier 2006, consulté le 15 mars 2021.

URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/1560> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.1560>

SANTANA, Joyce Maria dos Reis. **NARRATIVAS DO SERTÃO E PERCURSOS MNEMÔNICOS EM O QUINZE, DE RACHEL DE QUEIROZ**. 2013. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Literatura, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

SEVCENKO, Nicolau, **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República** / Nicolau Sevcenko, – São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Elivanda de Oliveira; PASSOS, Fábio de Abreu. **NARRATIVA, MEMÓRIA E POLÍTICAS DE ESQUECIMENTO: UM DIÁLOGO ENTRE PAUL RICOEUR, HANNAH ARENDT E BEATRIZ SARLO**. p. 56-71

TRAVASSOS, Lidiany Soares Mota. **Uma história não contada: o campo de concentração para flagelados de 1915 em Fortaleza–Ceará**. *Revista 5Col*, v. X, p. 717-730, 2023.

WEINSTEIN B. **História sem causa?** A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. *História* (São Paulo) [Internet]. 2003;22(2):185-210.